****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,162, Ano 66, Quinta-feira**

**19 de Agosto de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 60.464, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Exclui a Travessa Cônego Vicente Miguel Marino dos efeitos de oficialização estabelecidos pelo Decreto nº 10.103, de 16 de agosto de 1972 e revoga o Decreto nº 25.405, de 23 de fevereiro de 1988.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, CONSIDERANDO os estudos técnicos e jurídicos levados a efeito nos autos do processo administrativo nº 6066.2019/0006965-9, que culminaram com o entendimento da ausência de elementos que possam sustentar a incorporação da área da Travessa Cônego Vicente Miguel Marino ao patrimônio público municipal; CONSIDERANDO as disposições constantes do artigo 4º do Decreto nº 10.103, de 16 de agosto de 1972,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica excluída dos efeitos de oficialização estabelecidos pelo Decreto nº 10.103, de 16 de agosto de 1972 a Travessa Cônego Vicente Miguel Marino, CODLOG 43.988-6, representada na quadra 2 do setor 008 da planta CPCO nº 291 anexa ao referido Decreto, situada na quadra 002 do setor fiscal 008, no Distrito Santa Cecília, Subprefeitura da Sé.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo 1º deste decreto, fica revogado em todos os seus termos o Decreto nº 25.405, de 23 de fevereiro de 1988.

Art. 3º As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 18 de agosto de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 18 de agosto de 2021.

**DECRETO Nº 60.465, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Dispõe sobre permissão de uso, Associação de Moradores União e Progresso do Parque Arariba e Adjacências, a título precário e gratuito, de área municipal situada na Rua Leopoldino José de Camargo, nº 551, Distrito de Campo Limpo.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e na conformidade do disposto no artigo 114, § 4º, da Lei Orgânica do Município de São Paulo,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a outorga de permissão de uso a

título precário e gratuito à Associação de Moradores União e

Progresso do Parque Arariba e Adjacências, de área de propriedade municipal situada na Rua Leopoldino José de Camargo, nº 551, Distrito do Campo Limpo, com a finalidade de regularização da ocupação do Centro de Educação Infantil que funciona no local.

Art. 2º A área referida no artigo 1º deste decreto, com área de 333,17m² (trezentos e trinta e três metros e dezessete decímetros quadrados), de formato irregular, encontra-se configurada na planta DGPI-00.184\_00, do arquivo da Divisão de Engenharia da Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Imobiliário, encartada no documento nº 034934235 do processo administrativo nº 6068.2020/0004073-4, delimitada pelo perímetro:

7-8-9-10-11-12-13-14-15-16-17-1, e será descrita quando da formalização, pela Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Imobiliário, do respectivo Termo de Permissão de Uso.

Art. 3º Do Termo de Permissão de Uso (TPU), além das cláusulas usuais, deverá constar que o permissionário fica obrigado a:

I - não utilizar a área para finalidade diversa da prevista no artigo 1º, bem como não cedê-la, no todo ou em parte, a terceiros;

II - não realizar quaisquer novas obras, ampliações ou benfeitorias na área cedida, sem prévia e expressa aprovação do projeto pelas unidades municipais competentes;

III - não permitir que terceiros se apossem do imóvel, bem como dar conhecimento imediato à Prefeitura de qualquer turbação de posse que se verifique;

IV – observar as normas referentes à segurança e regularidade da edificação, bem como os parâmetros de incomodidade e demais condições de instalação constantes da legislação;

V - zelar pela limpeza e conservação do imóvel, devendo providenciar, às suas expensas, qualquer obra de manutenção que se fizer necessária;

VI - afixar e manter, no acesso ao imóvel e em lugar de perfeita visibilidade, placa informativa sobre a propriedade do bem e condições de sua ocupação;

VII - responder, perante o Poder Público, por eventuais taxas, tarifas e impostos referentes ao imóvel; VIII - arcar com todas as despesas decorrentes da permissão;

IX - restituir a área imediatamente, tão logo solicitada pela Prefeitura, sem direito de retenção e independentemente de pagamento ou indenização pelas benfeitorias executadas, ainda que necessárias, as quais passarão a integrar o patrimônio público municipal.

Art. 4º A Prefeitura terá o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste decreto e no termo de permissão de uso.

Art. 5º A Municipalidade não será responsável, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos causados por obras, serviços e trabalhos a cargo da permissionária.

Art. 6º Serão aplicadas:

I - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do que seria devido a título de retribuição mensal, caso fosse onerosa a cessão, se a permissionária utilizar o imóvel para finalidade diversa da cessão ou cedê-la, no todo ou em parte, a terceiros;

II – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do que seria devido a título de retribuição mensal, caso fosse onerosa a cessão, se a permissionária descumprir qualquer uma das demais obrigações estabelecidas neste decreto ou no Termo de Permissão de Uso.

§ 1º Por ocasião da aplicação de qualquer uma das multas previstas no “caput” deste artigo, será fixado prazo para a correção da irregularidade, de acordo com a natureza e a complexidade das providências que deverão ser adotadas pela permissionária.

§ 2º A não correção da irregularidade no prazo fixado acarretará a revogação da permissão de uso outorgada, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais, quando cabíveis.

§ 3º Fica expressamente ressalvado o direito de a permitente exigir indenização suplementar, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 416 do Código Civil.

Art. 7º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 18 de agosto de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO, Secretário Municipal de

Urbanismo e Licenciamento

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 18 de agosto de 2021.

**DECRETO Nº 60.466, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Dispõe sobre a extensão e fixa os pontos de início e término da Rua Praia de Torres.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, nos termos do inciso XI do artigo 70 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e à vista do constante no processo nº 6017.2021/0024247-0,

D E C R E T A

Art. 1º Fica estendida a denominação da Rua Praia de

Torres, CODLOG 24.511-9, conferida pelo Decreto nº 14.768, de 23 de novembro de 1977, situada no Distrito do Parque do Carmo, Subprefeitura de Itaquera, ao trecho conhecido pelo mesmo nome e por Rua Pernambuco, CODLOG 28.955-8, e que constitui prolongamento natural (setor 232 - quadras 43, 44, 45, 46, 49, 50 e 51), passando a via a ter os seguintes pontos de referência:

Início: Rua Harry Dannemberg (setor 144, quadras 159 e 186);

Término: Rua dos Secadouros (setor 232, quadras 45 e 46).

Art. 2º As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 18 de agosto de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo

Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 18 de agosto de 2021.

**DECRETO Nº 60.467, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Declara de utilidade pública as entidades que especifica.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e à vista do que consta dos processos administrativos nºs 6010.2021/0000302-8 e 6010.2020/0003379-0,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, nos termos da Lei nº 4.819, de 21 de novembro de 1955, com alterações posteriores, as seguintes entidades sediadas no Município de São Paulo:

I – CENTRO SOCIAL PADRE PAULO DE COPPI E MAURILIO

MARITANO, CNPJ nº 10.379.380/0001-70;

II - INSTITUTO NOVO TEMPO MUNDIAL, CNPJ nº 11.757.645/0001-90.

Art. 2º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 18 de agosto de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 18 de agosto de 2021.

**DECRETO Nº 60.468, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Declara de utilidade pública a entidade que especifica.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e à vista do que consta do processo administrativo nº 6010.2020/0004118- 1,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da Lei nº 4.819, de 21 de novembro de 1955, com alterações posteriores, a entidade denominada SOCIEDADE AMIGOS NOVO HORIZONTE, CNPJ nº 71.735.641/0001-32, sediada no Município de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 18 de agosto de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 18 de agosto de 2021.

**DECRETO Nº 60.469, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

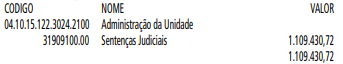
R$ 1.109.430,72 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades do Serviço Funerário do Município de São Paulo,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 1.109.430,72 (um milhão e cento e nove mil e quatrocentos e trinta reais e setenta e dois centavos), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 18 de agosto de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 18 de agosto de 2021.

**DECRETO Nº 60.470, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

R$ 21.529.200,00 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

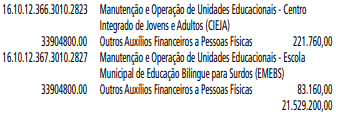
RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo,

usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Educação,

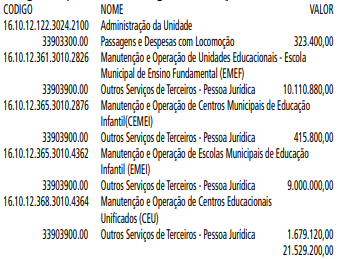
D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 21.529.200,00 (vinte e um milhões e quinhentos e vinte e nove mil e duzentos reais), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:





Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 18 de agosto de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 18 de agosto de 2021.

**PORTARIAS**

**PORTARIA 1096, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

**PROCESSO SEI 8110.2021/0000545-3**

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

EXONERAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

1 - **CARLOS ALBERTO FERREIRA PINTO**, RF. 585.952.2, do cargo de Supervisor Geral, Ref. DAS-14, do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, da Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Cultura, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, vaga 17535, constante das Leis 16.115/15, 16.974/18 e do Decreto 56.071/15.

2 - **JOSÉ DOS SANTOS**, RF 774.755.1, do cargo de Coordenador I, Ref. DAS-11, da Coordenação de Comunicação e Atendimento ao Público, do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, da Coordenadoria de Ensino Pesquisa e Cultura, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, vaga 17548, constante das Leis

16.115/15, 16.974/18 e do Decreto 56.071/15.

3 - **HELTON ALVES DA SILVA**, RF. 847.292.1, a pedido e a partir de 03/08/2021, do cargo de Coordenador I, Ref.DAS-11, da Coordenação de Biblioteca e Banco de Dados, do Centro de

Formação Cultural de Cidade Tiradentes, da Coordenadoria de

Ensino Pesquisa e Cultura, da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, vaga 17559, constante das Leis 16.115/15, 16.974/18 e do Decreto 56.071/15.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 18 de agosto de 2021, 468°da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

**SERVIDORES**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DECLARAÇÃO PÚBLICA DE BENS**

Venho, em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Lei 13.138, de 12 de junho de 2001 e artigo 13 do Decreto 59.432, de 13 de maio de 2020, apresentar declaração pública de bens, na forma preconizada na Portaria Conjunta CGM-SG nº 01/2020 e normas complementares, da servidora abaixo descrita:

DECLARANTE: Vivian Ferrelli Piovezan Swornik

RF/VINC: 799.498.2/6

CARGO: Supervisor Técnico II - DAS 12 da Supervisão de

Administração do Departamento de Administração e Finanças

NOMEADA CONFORME DOC DE 18/03/2021

BENS VALOR EM REAL

IMÓVEIS: R$ 300.000,00

MÓVEIS e SEMOVENTES: Nada a declarar

DINHEIRO, TÍTULOS, AÇÕES e APLICAÇÕES FINANCEIRAS:

Nada a declarar

OUTROS BENS: Nada a declarar

BENS E VALORES DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A), FILHOS E DEMAIS DEPENDENTES ECONÔMICOS: Nada a declarar

**EDITAIS PAG. 36**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

**ATAS DE REUNIÃO ONLINE DO CONSELHO**

MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – CMDRSS

**Data: 23/04/2020**

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Skype**

Participantes:

André Ruoppolo Biazoti (Instituto Kairós); Audrei Costa (DGUC/SVMA); Carlos Eduardo Batista Fernandes (Secretaria

Executiva de Abastecimento/ SMSUB); Cristina Abi Jabbour (SMDET/Cosan e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra Malta

(SMSUB/DA); Débora Sahyun (EDR.SP/CDRS); Glenn Makuta

(COMUSAN/ SLOWFOOD); José Antônio (Toninho) Teixeira

(SMSUB/DA); Lucilla Dias (Secretaria de Governo), Luis Henrique Marinho Meira (SMDET/Cosan e Presidente do CMDRSS); Luzia Souza da Silva Agricultora Zona Sul); Magno C. F. de Paula (Agroverde); Maria Lucia Bellenzani (RAPPA); Patricia Estevam (CDRS/SAA); Patricia Sepe (SMDU/LOP); Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA); Sueli Rodrigues (Agricultor Zona Leste); Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste).

Aos vinte e três dias do mês de abril de 2020 foi realizada a 4º reunião ordinária do ano de 2020 da nova gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e

Solidário – CMDRSS, Biênio 2020/2021, por meio de plataforma digital.

Iniciada a reunião, o presidente deste CMDRSS o Sr. Luis Henrique Marinho Meira cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens: leitura e aprovação da ATA anterior, espaço para os conselheiros apresentarem as ações dos seus respectivos órgãos e entidades em referência à crise atual (Covid-19) e os Informes.

Dando Sequência aos trabalhos, a ATA foi lida pelo presidente do CMDRSS e aprovada.

Em seguida foram feitas apresentações dos órgãos públicos presentes onde cada um fez um relato das atividades e projetos em desenvolvimento com foco no combate e remediação da pandemia do COVID -19.

A Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (CDRS/ SAA) representada pela Sra. Patrícia Estevan relatou que os técnicos estão trabalhando em um levantamento das cadeias produtivas, produção e das dificuldades de escoamento em todo o estado de São Paulo a fim de apoiar compras públicas e doações solidárias e que estão montando uma planilha com essas informações. Na Região Metropolitana de São Paulo eles estão realizando a aproximação dos produtores com um supermercado na Zona Sul com o objetivo de montar o Projeto “Gôndola do Produtor”. Além disso, estão idealizando o “Programa Cesta Verde” para o fornecimento de verduras e legumes alimentação dos alunos das escolas estaduais e as informações da planilha servem para subsidiar essas ações.

Caso o CMDRSS deseje ter acesso à planilha é necessário solicitar por e-mail ao Coordenador de Desenvolvimento Rural Sustentável, Sr. José Luis Fontes, pelo endereço de e-mail gabinete.cdrs@sp.gov.br, e, se algum produtor ainda não possuir a Declaração DAP deve enviar a solicitação com respectivos documentos digitalizados para o endereço de e-mail: edr. saopaulo@cdrs.sp.gov.br.

A Srta. Raquel, representante do Ministério da Agricultura, informou que a portaria estende a validade das DAP´s com vencimento até 31/12/2020, pelo período de seis meses e de forma automática por meio da Portaria Nº 24, de 24 de março de 2020, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. A mesma manifestou preocupação com as DAPs vencidas antes da publicação da portaria não sendo enquadradas pela portaria, relata que a SAF&C está atuando para resolver esses casos.

O Sr. Carlos Fernandes, da Secretaria Executiva de Agricultura e Abastecimento, da Secretaria Municipal das Subprefeituras informou sobre o programa São Paulo Cidade Solidária que está utilizando a estrutura dos equipamentos da cultura para receber doações e organizar a distribuição de cestas básicas e itens de higiene. Relatou também que os pátios de compostagem estão funcionando e que o atendimento de extensão rural nas Casas de Agricultura Ecológica está sendo mantido por telefone e whatsapp para que haja orientação das agricultoras e agricultores de forma remota. O Sr. Toninho

Teixeira informou que a feira orgânica do Parque da Água

Branca está ocorrendo do lado de fora e que a comercialização continua, além da entrega de cestas via serviço de entrega. Em relação ao composto orgânico produzido nos pátios de compostagem da prefeitura, foi conseguido junto à Amlurb e será distribuído, a princípio nas zonas leste, sul e norte da cidade, em pontos estratégicos dessas regiões, e que a logística está sendo estudada. Ainda mencionou que o assentamento em Perus escoando muitas frutíferas, como abacate.

A representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), Sra. Patrícia Marra Sepe primeiramente informou que a SMDU está integrando o Projeto Cidade Solidária da Prefeitura de SP criado para enfrentamento da Pandemia por meio de arrecadação e distribuição de cestas básicas e itens de higiene. Na sequência falou do programa Ligue os Pontos (LOP), informando que o trabalho de extensão rural segue acontecendo por telefone e whatsapp, entretanto, a adesão à assistência remota até então estava baixa. Os produtores orgânicos não estão tendo dificuldades para escoar seus produtos, o principal reforço foi por meio das entregas de cestas de hortifrútis orgânicos que, diferentemente dos agricultores convencionais que porventura estejam enfrentando dificuldades. Os cultivadores de plantas ornamentais são os que mais estão sentindo os efeitos da pandemia e estão se articulando por meio do projeto Ligue os Pontos no intuito da conexão de produtores com os distribuidores.

A plataforma SP + Rural, que conecta produtores e compradores já estava sendo trabalhada pelo LoP como um dos objetivos do projeto, com a crise gerada pela pandemia o lançamento foi acelerado para Maio/20. Foi montado um grupo de trabalho entre o CMDSS e o Ligue os Pontos que contará com alguns membros deste conselho dentre eles, Srs e Sras Maria Lúcia, André, Raquel, Cyra e Luis Henrique. Os Sr.s Arpad e Domingos irão mapear os agricultores da zona Sul que estão com dificuldade de escoamento e que gostariam de comercializar via plataforma. Foi solicitado que, por meio dos projetos Cidade Solidária, fosse conectado e feita aquisição da produção agrícola do Município de São Paulo, especialmente a produção da região de Parelheiros, mas também de outras regiões da cidade, foi informado que este pleito ainda aguarda a resposta.

Por parte da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), o Sr. Luis Henrique Meira informou as ações de cunho emergencial como por exemplo o recrutamento de profissionais para os hospitais de campanha da prefeitura, o lançamento do Edital Costurando pela Vida, que trata da confecção de máscaras por meio de costureiras e artesãos, tendo como meta a produção de 1 milhão de unidades. Informou sobre o Edital Cozinhando pela Vida que é uma iniciativa que pretende contratar organizações da sociedade civil para a produção de almoço e jantar para a população vulnerável, com a produção a princípio de 3 mil refeições por dia. Informou também sobre o funcionamento do Programa Municipal Banco de Alimentos (PMBA) que dobrou a arrecadação em relação aos três primeiros meses do ano e recebeu reforço, incluindo contingente humano por meio do POT Combate ao Desperdício que acabou por absorver alguns beneficiários que saíram do POT Hortas e Viveiros.

Com relação a esse último programa, foi informado que a tratativa do término já vinha acontecendo antes mesmo da pandemia e que por diversos motivos dentre os quais a dificuldade no cumprimento da carga horária e aferição de presença do beneficiário, restou necessária uma reestruturação que permita atingir os objetivos do programa de forma integra. Uma difícil situação de descontinuidade temporária visto que já tínhamos ciência de deficiências no projeto há muito tempo, por isso o objetivo agora é reestruturar o programa para que haja entidades oficializadas atuando para a operacionalização. Foi reforçado que o objetivo do programa não é um salário social, mas uma bolsa social de formação e prática. Cristina de SMDET reforçou que o programa municipal

Cidade Solidária está sendo apoiado pela SMDET por meio do Banco de Alimentos, sob dois aspectos: o local serve como uma “central de armazenamento” e distribuição das doações feitas por pessoas físicas e empresas nos oito pontos da cidade de São Paulo e que também está sendo apoiado pelos beneficiários do POT Combate ao Desperdício. No Banco deAlimentos os produtos e alimentos são recebidos e encaminhados para a população mais vulnerável e esclareceu que o

PAA Programa de Aquisição de Alimentos está num horizonte de finalização sendo tramitado ainda esta semana para a

Assessoria Jurídica SMDET.

Em seguida foi aberta a palavra as/os representantes da sociedade civil. A representante da RAPPA, a Sra. Maria Lucia

Bellenzani, relatou que as mulheres agricultoras que eram beneficiárias do POT Hortas e Viveiros estão sendo prejudicadas pelo fim do POT Hortas e Viveiros e que não concordavam com a suspensão do POT Hortas e Viveiros neste momento. Informou que a RAPPA elaborou coletivamente uma carta e que foi enviada à Secretária de SMDET Sra. Aline Cardoso, a este CMDRSS, ao COMUSAN e à COSAN e postada nesse momento do grupo de whatsapp deste CMDRSS, pedindo a suspensão da reformulação até o final da crise causada pela pandemia e solicitando que uma futura reformulação seja feita de forma dialogada. Salientou a importância do programa para a manutenção da agricultura urbana e periurbana, e a importância desta para a segurança alimentar na periferia, importância esta que vem sendo evidenciada ainda mais na crise. Informou que as agricultoras participantes da RAPPA estão conseguindo escoar seus produtos, sendo o maior problema mesmo o fim do POT Hortas e Viveiros. Disse ainda que muitas mulheres não podem se deslocar e não possuem condições de circular para participar do POT Combate ao Desperdício.

O Sr.Magno Celso, representante dos agricultores da zona

Norte, também falou sobre a importância da continuidade do

POT Hortas e Viveiros, informando que sem ele não poderão mais plantar e solicitou que a SMDET espere o final da pandemia para reformular o programa.

O Sr. André Biazoti, representante das organizações não governamentais com atuação na agroecologia e agricultura familiar representado pelo Instituto Kairós, informou sobre o Comitê de Crise COMUSAN-CMDRSS que foi criado, entre os quais ele e os Srs. e Sras Maria Lucia, Raquel, Magno e Luzia fazem parte, relatou que há uma frente de agricultura, qual é esperado um levantamento de informação dos agricultores do município de São Paulo e suas dificuldades. Alguns já foram preenchidos e apresentaram como resposta: falta de mão-de- -obra nas hortas, dificuldade de transporte para distribuir a produção, mudas (aumento de preços recentes), dificuldade de comercialização, irrigação, composto (principalmente na ZL) e, que para tanto, ele desenvolveu um formulário e planilha para ser preenchida por todos. Arpad e Domingos levantarão esses dados na ZS. A referida planilha auxiliará o trabalho do Ligue os Pontos, e vice-versa, e articula-se com a planilha da CDRS citada pela Sra. Patrícia Estevan. Comentou que é importante saber sobre o funcionamento dos pátios de compostagem e mencionou que a SVMA poderia estudar a liberação de recursos do FEMA para agricultores familiares ou pensar na criação de um edital específico para tal.

Glenn informou sobre a criação de um Comitê de Crise no âmbito do COMUSAN, e que, via SEI, foi encaminhado o ofício com alguns questionamentos para as secretarias municipais e que até aquele momento poucas haviam respondido. As conselheiras Sra. Sueli, representante de Agricultores da zona Leste, e Sra. Luzia, da zona Sul chegaram a se conectar, mas não conseguiram participar devido à má conexão de Internet.

Por fim, foi encaminhado que este CMDRSS fará uma carta de recomendação à Prefeitura sobre medidas de interesse dos agricultores, por meio de um GT, entre elas a manutenção do POT Hortas e Viveiros, Programas de Hortas Urbanas por meio do PROAURP e sobre manter a tabela como ponto focal dos levantamentos das dificuldade dos agricultores e necessidade de auxílio emergencial aos agricultores. A Conselheira representante do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado

SP, Andrea Andrea Mayumi Chin Sendoda, informou sobre sua transferência para o EDR de Mogi das Cruzes/CDRS. A Aracy, sua suplente, continuará participando.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.

**Data: 28/05/2020**

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Google Meet**

Participantes:

André Ruoppolo Biazoti (Instituto Kairós); Araci Kamiyama

(DDS/CDRS);

Cristina Abi Jabbour (SMDET/Cosan e Secretária Executiva

CMDRSS); Cyra Malta (SMSUB/DA); Débora Sahyun (EDR.SP/

CDRS); Glenn Makuta (COMUSAN); Guta Chaves (Observatório

da Gastronomia/SMDET); Janaína Belo (SMDU); José Antônio

(Toninho) Teixeira (SMSUB/DA); Luccas Longo (SVMA); Lucilla

Dias (Secretaria de Governo), Luis Henrique Marinho Meira

(SMDET e Presidente do CMDRSS); Luzia Souza da Silva (Agricultora Zona Sul); Magno C. F. de Paula (Agroverde); Maria

Lucia Bellenzani (RAPPA); Patricia Estevam (CDRS/SAA); Mathews Vichr Lopes (LoP/SMDU) Patricia Sepe (LoP/SMDU); Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA); Sueli Rodrigues (Agricultora Zona Leste); Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste).

Em 28 de maio de 2020 foi realizada a 5º reunião ordinária do ano de 2020 da nova gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS,

Biênio 2020/2021, por meio de plataforma digital.

Iniciada a reunião, o presidente deste CMDRSS Luis Henrique Marinho Meira cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens: leitura da ATA anterior e aprovação, balanço das informações recebidas referentes à tabela dos agricultores (Covid-19), análise dos retornos das cartas/ moções, Plano Orçamentário Anual 2021 - PLOA 2021, solicitação de criação de algum programa ou projeto para subsidiar a produção dos agricultores da Zona Norte, regulamentação fundiária, Programa Cesta Verde da SAA, acompanhamento do Projeto Ligue os Pontos, marco legal da região norte onde o Jardim Damasceno no Plano Diretor é considerado uma área rural, necessidade de fazer o CAR ou PRA para obter o crédito rural, moção sobre o lixo no Jardim Damasceno e andamento do TAC perante o MPE e a AGROVERDE.

Dando sequência aos trabalhos, a ATA de Abril/21 foi lida pelo presidente do CMDRSS e aprovada restando alguns ajustes ortográficos se serem realizados.

Houve uma inversão da ordem de pauta e a reunião foi iniciada com a análise dos retornos das cartas/moções.

Foi solicitado à SMDET que a resposta da carta da RAPPA fosse compartilhada no grupo de whatsapp do CMDRSS. Luis

Henrique comentou que a carta de recomendação enviada à

Secretaria de Governo e ao Gabinete do Prefeito, que incluía diversas outras secretarias, deverá ser respondida.

O próximo assunto a ser discutido foi o PLOA 2021 - Lucilla Dias, relatou que as audiências neste ano serão todas online devido à pandemia e que os munícipes poderão participar oferecendo suas contribuições por meio do site “Participe” da Gestão Urbana contando com 32 audiências, uma por subprefeitura. André solicitou explanação sobre o processo administrativo e burocrático do mesmo. Lucilla explicou que o Poder Executivo realiza suas decisões orçamentárias tanto observando os seus programas, aqueles que já estão em andamento, quanto consultando as propostas e contribuições sociais. Depois da recepção das propostas, essas são encaminhadas para as secretarias que por sua vez encaminham para a Secretaria da Fazenda que finalmente envia a Projeto de Lei para a CMSP para votação. Lucia comentou que pelo fato de ser online, há a possibilidade de participação social desde o início do processo e acrescentou que o plano poderá servir como instrumento de reivindicação de orçamento para programas e projetos, fala que é reforçada por Raquel. Luis Henrique corroborou com a colocação dizendo que seria interessante extrair do plano estruturas principais para solicitar orçamento.

Lucilla disse que há um documento chamado “orçamento cidadão”, para aqueles que querem se aprofundar sobre o tema https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/oramento\_cidado\_na\_cidade\_de\_so\_paulo\_-\_loa\_2020\_v1\_1586467281.

pdf. Ainda informou que o prazo para recepção das propostas é 31/05/20. Não é necessário escrever para qual secretaria omunícipe gostaria de enviar a proposta pois esse trabalho será feio pelo próprio poder executivo. Lucilla enviará a data da próxima fase de votação das propostas, e a expectativa é que seja de 07/07 a 19/07.

André comentou que todos os anos são levantas as mesmas dúvidas com relação ao orçamento e perguntou se há algum curso para os Conselheiros e como o orçamento será canalizado, visto que agora a temática foi compartilhada em duas Secretarias, SMDET e SMSUB. Ainda, que seria importante avançar nesse assunto e fazer pedidos com mais precisão.

Ainda relativo ao tema, Patricia Sepe comentou que o CMDRSS poderia se articular incluindo pautas para a agricultura de forma regionalizada e da importância em se ter ações concretas como o fortalecimento da assistência técnica nas duas CAEs existentes assim como a solicitação de uma CAE na Zona Norte. Com relação ao LOP, disse que tanto a Bloomberg quanto a Coordenação do projeto tem muita preocupação na continuidade do projeto e que com o fim do mesmo a prefeitura ficaria com a responsabilidade de assumir essa continuidade. Ainda informou que o Neto, Secretário Adjunto da

SMDU se comprometeu a fazer a articulação e fortalecimento da pauta rural dentro da Prefeitura uma vez que o orçamento estivesse claro e, com relação ao FEMA, segundo decreto recente relacionado à pandemia, os recursos do mesmo foram transferidos para enfrentamento da Covid-19.

José Antônio comentou sobre o encaminhamento de orçamento para a Zona Norte, especificamente sobre a CAE e ressaltou a necessidade de corpo técnico como engenheiros agrônomos para a eventual abertura da mesma. Hoje, pensando no CMDRSS relata que há dificuldade de transporte para reuniões regionais e também para produção de cartilhas e folders. Sobre a Patrulha Rural, ferramentais e insumos já existem essas rubricas na SMDET e SMSUB.

Magno manifestou-se acerca da necessidade de um trator para a Zona Norte assim como um caminhão para transporte entre outros de composto, da necessidade de insumos além de um programa para auxiliar o agricultor. Não há nenhum programa da zona norte no momento para subsidiar a produção rural. Cyra comentou que a proposição do Magno poderá ser considerada proposta na PLOA21 e que se crie o Grupo de Trabalho PLOA21: Maria Lúcia, Vanda, Raquel, Patrícia Sepe, André, Lucilla, Toninho e Cyra se candidataram. André propôs a data da 1ª reunião no dia 02 de junho e relembrou a importância de criação de um Fundo para a temática do Rural.

Comentou que seria importante a criação de um Projeto, a exemplo do Projeto de Lei que tramita na CMSP chamado Vai Horta, que prevê o acesso de agricultores urbanos a pequenos investimentos. Essa discussão está no Plano Rural e é muito importante principalmente para os agricultores que não recebem apoio das Casas de Agricultura e assistência técnica. Luis Henrique comentou sobre a importância de se aprofundar nesse assunto e que o mesmo poderia ser tratado em reunião do GT.

O tema a seguir foi sobre o questionário Covid-19, cujo objetivo é identificar as necessidades prementes dos agricultores nesse momento de pandemia – Técnicos da ZL e do LOP aplicaram o questionário – 120 para a zona sul e 13 para zona leste, sendo essa uma amostra bastante representativa. Na zona sul 43 não tiveram grandes questões com a comercialização ou produção. No entanto, a maior parte deles, incluindo os produtores de ornamentais, tiveram uma queda drástica nas vendas – aproximadamente 38, boa parte

disseram que necessitam de cesta básica e outros de itens de higiene, reclamaram sobre falta de transporte, de estrutura e insumos de forma mais ampla para produção, 5 relataram que faltava ATER, formação e mão-de-obra porque não conseguem contratar ninguém de fora devido à pandemia e a mesma está exclusivamente familiar e ainda problemas com burocrática para emissão de Nota Fiscal. O objetivo desse questionário é entender a necessidade dos agricultores e o impacto da pandemia e encaminhar as mais urgentes.

Mathews relembrou que o atendimento de ATER na zona sul está sendo feito via telefone. A coleta de dados do questionário foi feita via telefone, parte com os agricultores que já são atendidos regularmente e parte com agricultores que não são atendidos pelo LOP, e foi realizado principalmente pelo Domingos. Os dados estão sendo repassados ao CMDRSS fazer a análise e contando todos os questionários e reforça a fala do André em atender as necessidades mais urgentes.

André agradeceu o esforço do LOP.

Guta Chaves comentou sobre a importância de utilizar a logística do LOP e dos hipermercados para que eles comprem

os produtos dos agricultores e de se fazer uma campanha

para doação por parte de pessoas físicas de cestas básicas.

Patricia Sepe relatou que realmente não é simples a

ação sugerida pela Guta devido à logística. Sobre o Cadastro realizado do LOP, foi feita uma análise aprofundada dos dados

junto à equipe da GeoInfo e que será lançado no Informe Urbano – “Agricultores da Zona Sul”; serão cerca de 30 páginas

e esse relatório de análise do cadastro constará do Geosampa.

Hoje há cerca de 520 agricultores cadastrados na ZonaSul e esses serão um “Layer” na ferramenta Gesosampa. Nota-se que não há questionários aplicados na Zona Norte uma vez que não há equipe formal de campo, indicando uma carência de dados dessa região. Esse relatório poderá, principalmente, servir como uma ferramenta de reflexão do conselho. GT Relatório Covid 19: André, Lúcia, Luís Henrique, Mathews, Domingos Janaína e (Patrícia se necessário).

Lúcia comentou que a fala da Guta é importante e que há muitas ações sendo realizadas relacionadas à doação de alimentos e ainda que há o Programa Cesta Verde.

Patricia Stevam informou sobre o Programa Cesta Verde: quem lançará o Edital será a Secretaria Estadual de Educação

e como apoio terá a Secretaria Estadual de Agricultura e

Abastecimento. A ação consiste em compra dos alimentos dos agricultores, montagem das cestas e distribuição para as famílias dos estudantes da rede estadual. O Edital ainda não saiu.

Informações preliminares apontavam que as compras seriam por meio de cooperativas e as mesmas deveriam ter DAPs ativas, CNPJ rural e NF de bloco ou eletrônico. No 1º momento não há inclusão de Associação e Pessoa Física, no entanto a SAA está fazendo levantamento dessas últimas categorias, caso não se tenha cooperativa suficiente para entregar o material. A logística será por conta do produtor, assim como é o PNAE atual. O Pagamento será via depósito na conta da cooperativa. Quem for entregar deverá ter cadastro no CAUFESP – Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo. Se tiver dúvida encaminhar pergunta por e-mail

e whatsapp. Patricia disponibilizou seus dados de contato para receber as dúvidas relacionadas ao cadastro. Lúcia comentou que ao falar com o Luciano da Aprupar, foi informada de que há sobra de produção em unidades de produção de maior porte e de produtores de convencionais na zona sul.

Informe do Mathews – Sistema Sisrural com previsão de lançamento para Junho/20.

Paulo Cesar da SAA trouxe a pauta do Marco Legal, e comentou que a área do Jardim Damasceno, pelo PDE, é área rural, e, desta forma, não há necessidade de solicitar licenciamento para produção rural. Levantou a questão de como ajudar os agricultores a renovar suas DAPs, e obter o CAR e o PRA – Regularização Ambiental. Indagou como o CMDRSS poderá ajudar os agricultores a renovar e se regularizarem para acessar as políticas públicas? Paulo Cesar relatou que na Zona Norte há mais de 50 agricultores e se fosse feito um

trabalho de busca nas periferias dessas áreas esse número

poderia chegar a mais de 100. Sugeriu encaminhar para a

Amlurb a questão sobre o lixo acumulado do Jardim Damasceno e comunicar para a Subprefeitura que a área, sendo zona rural, não tem necessidade de licenciamento e que sim há a necessidade de cursos de boas práticas.

Patrícia Sepe relatou que a área é zona rural porém toda atividade no munícipio exige licença de funcionamento (Lei do Zoneamento), e que por um erro, a produção agrícola também foi inserida nessa obrigação. Esse assunto foi levado ao Secretário da SMDU para formulação de um novo decreto retirando a Agricultura dessa exigência e na sequencia veio a discussão de mudança do PDE e da Lei de Zoneamento e essa temática estava incluída no projeto que acabou não indo pra CMSP. Ainda informou que, em um determinado Processo SEI o próprio fiscal da Subprefeitura fez um parecer consistente que entendia que as áreas rurais não precisavam de licença e sugeriu mandar para a SMDU, porém esse processo não chegou à referida secretaria, mas foi para a Supervisão Geral de Uso e Ocupação de Solo, no Gabinete da Secretaria de Subprefeituras. O SEI foi acessado e existe uma cota que está sigilosa. Haveria a necessidade de resgatar esse processo, mas o CMDRSS teria que se articular para resolver. Com relação ao CAR, os agricultores precisam obtê-lo e pensar em como assisti-los. Maria Lucia, Patrícia, Janaína e Cyra ficaram de resgatar esse Processo e dar tratativa ao assunto. Como encaminhamento, criação de uma moção para a questão do

lixo do Jardim Damasceno; ficaram de se reunir Maria Lúcia e

Luís Henrique para redigir essa moção. Maria Lúcia adicionou

a importância da capacitação dos conselheiros para que todos

tenham repertório para entender as discussões e intervir.

Luccas trouxe a questão das reuniões online e a preocupação

dos conselheiros e agricultores que moram em regiões mais

afastadas acessarem as reuniões e trouxe a sugestão de um

questionário para entender sobre a realidade e dificuldade

de acesso à internet e definir uma maneira de continuar

estreitando as relações por meio do conselho. Ficou de compartilhar o questionário com o CMDRSS. André comentou sobe

o site do CMDRSS e se dispôs a escrever um texto sobre o

conselho e solicitou a publicação do logotipo que foi criado.

Solicitou para a Cristina que enviasse o logotipo por e-mail

para os membros. Mathews comentou que na plataforma SP

+ Rural também poderá haver um espaço para divulgação

do CMDRSS.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.

**Data: 25/06/2020**

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Google Meet**

Participantes:

André Ruoppolo Biazoti (Instituto Kairós); Araci Kamiyama

(CDRS); Audrei da Costa (SVMA) Cristina Abi Jabbour

(SMDET e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra Malta (SMSUB/

DA); Débora Sahyun (EDR SP/CDRS); Glenn Makuta (COMUSAN); Guta Chaves (Observatório da Gastronomia/SMDET);

Janaína Belo (SMDU); José Antônio (Toninho) Teixeira (SMSUB/

DA); Luccas Longo (SVMA); Luis Henrique Marinho Meira

(SMDET e Presidente do CMDRSS); Luzia Souza da Silva (Agricultora Zona Sul); Magno C. F. de Paula (Agroverde, Agrocultor

Zona Norte); Maria Clara Zuppardo (SMSUB/DA); Maria Lucia

Bellenzani (RAPPA); Patricia Estevam (CDRS/SAA); Mathews

Vichr Lopes (LoP/SMDU) Patricia Sepe (LoP/SMDU); Raquel

Rizzi (SFA-SP/MAPA); Sueli Rodrigues (Agricultora Zona Leste);

Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste).

Em 25 de junho de 2020 foi realizada a 6º reunião ordinária do ano de 2020 da nova gestão do Conselho Municipal

de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS,

Biênio 2020/2021, por meio de plataforma digital.

Iniciada a reunião, o presidente deste CMDRSS Luis Henrique Marinho Meira cumprimenta a todos os presentes e

expõe a pauta com os seguintes itens: balanço das informações recebidas referente à tabela dos agricultores (COVID-19)

– questionário, auxílio aos agricultores na pandemia, moção

Cooperapas, PLOA21, atualização do Plano Rural e informes.

Dando sequência aos trabalhos, foi informado pelo presidente do CMDRSS que a ATA do mês de maio será enviada

posteriormente por e-mail.

André falou sobre o questionário – ainda não conseguiu

marcar reunião pois parte dos membros do GT acabou não

apontando as datas que seriam viáveis. Havia dois encaminhamentos: o 1º consolidar os questionários e produzir um

relatório baseado e elaborar recomendações do CMDRSS. O

2º seria atender às demandas mais urgentes. Algumas das

demandas são anteriores à pandemia como falta de acesso

a crédito, falta de transporte e insumos, e acesso às políticas

públicas existentes que foram potencializados pela pandemia.

Mas, de alguma forma, é necessário ajudar esses agricultores

com cestas básicas e kits de higiene e entender como esses

alimentos chegariam aos agricultores na zona rural. Entender

quem são e tentar apoiá-los de alguma forma por meio da

estrutura da prefeitura e encaminhar alguma forma de apoio

enquanto conselho. Do total houve 149 entrevistas válidas.

12 na zona leste, 1 na zona norte, 1 na zona oeste, 1 na zona

central e 134 zona sul. André relatou ainda que já trabalhou

na introdução do relatório, na metodologia e agora vai melhorar na produção de gráfico e dados/ tratamento dos dados.

A finalização ocorrerá provavelmente no início de julho. Ideal

seria que tivessem mais dados das zonas leste e norte mas na

atual conjuntura não será possível coletar os mesmos; adicionou que os dados coletados já são bastante representativos

do que é e como está a agricultura no município e atingiu

uma base estatística interessante apesar de faltar dados de

algumas regiões. Ainda falta fazer o relatório e publicá-lo.

Trabalhar o material por meio do grupo de whatsapp.

Araci manifestou-se dizendo que a ajuda realmente é

emergencial e há muitas inciativas acontecendo, tanto da

sociedade civil quanto do governo. Seria mais interessante

se aproximar de iniciativas que já estão acontecendo. Importante ter este diagnóstico de onde estão as necessidades e se

coloca á disposição para ajudar e inclusive conectar às outras

iniciativas.

Patricia Sepe diz que estão sendo muito procurados por

entidades que querem comprar produtos dos agricultores da

zona sul, montar cestas e entregar para comunidades fora

de parelheiros. As informações estão desencontradas pois há

conhecimento de agricultores que estão precisando e por ouro

lado há os CRAS que estão distribuindo e ainda o Programa

Cidade Solidária.

Raquel informou que há um programa de aquisição aberto pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) que

está recebendo propostas até 13/07 e outro do município de

SP com o Ministério da Cidadania, que inclusive foi informado

pela SMDET que estava no Jurídico e que o Edital sairia em

breve. Raquel pergunta se no questionário há o esclarecimento se o agricultor possui DAP (Declaração de Aptidão ao

PRONAF), e levanta a questão da vulnerabilidade exatamente

por parte de quem produz alimentos na pandemia sobre quais

seriam as possibilidades de facilitar essas compras e de como

o Estado poderia integrar os programas. O que está ocorrendo

é que quem está produzindo alimento está demandando auxílio de assistência social. Falta uma estratégia combinada para

evitar o ciclo de quem produz alimento ser um demandante

da política de assistência social.

André recomenda fazer reunião do GT e não postergar a

mesma. Concorda com a Patricia Sepe em chamar o Domingos

para o GT e equipe do LoP que aplicou os questionários pois

os mesmos foram enviados sem os nomes do agricultor/a e,

por exemplo, para as demandas de cesta básica e produtos de

higiene, há a necessidade de saber o nome e onde estão visto

que hoje só há a região. Vai fazer a separação dos que responderam que precisavam dos itens alimentícios e de higiene

e saber quem são, onde estão, estudar em fazer um segundo

contato e fazer o direcionamento. Solicitou que os membros

que são do poder público se manifestassem a respeito de qual

seria a melhor forma do Estado dar acesso a essas cestas básicas. E, por ser um público de zona rural, tem a impressão de

que a Assistência Social não conseguiria resolver. E há vários

grupos da sociedade civil que tem feito este tipo de apoio. O

desdobramento do questionário servirá para dois objetivos:

entender a situação dos agricultores pandemia e necessidade individual e quais as possibilidade que a prefeitura tem

de encaminhar essa questão por meio do Programa Cidade

Solidária, Cesta Verde ou outros que existem e, ainda, o que

o CMDRSS faz com essa informação, seja por meio de um programa da prefeitura ou repassando esses dados para grupos

da sociedade civil que possam ajudar de fato. Ainda questiona

se para participar dos programas, se o munícipe deve fazer

algum cadastramento no CRAS ou como fazer para participar

dos programas em vigência? Entende que o grupo que vai se

reunir precisa operar de modo emergencial. Respondendo à

Raquel não havia questionamento sobre DAP, mas entende

que o LoP poderá ter essas informações. E ainda que essa

questão das DAPs poderia constar das Recomendações do

questionário. Entende que o papel do CMDRSS formatar a

demandas e operacionalizar por meio do Grupo de Trabalho.

Domingos trouxe informações acerca do questionário

aplicado na zona sul. Domingos e Rute aplicaram a pesquisa e

faziam o encaminhamento para o CRAS, Conosco, Sim, é uma

entidade conveniada com a SMADS / CRAS em Parelheiros e

Capela do Socorro, IBEAC que o próprio CRAS havia indicado

para acessar cestas básicas e kits de higiene. Com as entidades era mais fácil conseguir do que com o CRAS que distribuía

também doações do Programa Cidade Solidária, uma vez que

pelo último o munícipe deveria fazer parte do Cadastro Único,

mas nem todos possuem e-mail e CEP regular. O restaurante

da Marlene estava fazendo “marmitex” e cesta básica para

doação então alguns agricultores foram encaminhados. A

Rede Barragem e uma outra de Marsilac também estavam

disponibilizando doações e assim outros agricultores foram

encaminhados. A Cesta básica do Programa Cidade Solidária

é relativamente pequena, então, dependendo do tamanho

da família, eram encaminhadas para outras instituições para

complementação. Patricia Sepe comentou que seria importante que o grupo de trabalho separasse a relação de agricultores

que já receberam ajuda e identificar aqueles que ainda não

receberam, e mesmo aqueles que receberam, quais ainda precisariam de ajuda. Domingos relatou que quando as entidades

são gestoras de equipamentos públicos como CCA e Creches,

eles mantém as doações para as famílias e ainda que a Defesa

Civil de Parelheiros também estava envolvida na coleta de

doações. Foi marcada para a reunião para 2ª feira, 29/06 às

10h: Rute, Domingos, Patricia, Aracy, Luis Henrique, Tatiane,

Wanda, Maria Lúcia e Magno. O mesmo grupo trabalhará no

questionário/ relatório e encaminhamento das demandas dos

agricultores. A aprovação do relatório será de forma online.

Dando seguimento à reunião, com relação a próxima

pauta, PLOA21, Patricia Sepe fez uma relatou que foi realizada uma única conversa, Toninho e Cyra ficaram de levantar

no orçamento vigente 2020 o que foi reservado e o que foi

executado e Patricia olhou na peça orçamentária dos anos

anteriores como aparecia o tema agricultura, vai consolidar

as informações e enviar a todos. É muito difícil buscar o que

é destinado e o que está sendo executado. Não achou nada

com a palavra “agricultura”. Achou algo com “agroecológico”. Hoje, no orçamento vigente, encontrou em dois lugares:

gabinete da SMSUB, manutenção e operação da patrulha

rural, (R$ 800 mil), na SMVA Programa Viva Agroecologia nas

escolas municipais (R$ 50 mil) e na SME Projeto Agrofloresta

sustentável (R$100 mil). Esses são os únicos itens encontrados

que estão explícitos. Depois buscou por segurança alimentar

e desenvolvimento econômico e cooperativismo e achou na

**SMDET** (R$ 2 milhões). Toninho mencionou que há uma licitação em vigência relacionada à patrulha rural para contratação

de tratorista e dois ajudantes e há orçamento para insumos

(ferramentas e insumos para mudas) totalizando R$ 900 mil.

Patrícia disse que os valores estão espalhados nas secretarias. Ao fazer a tabela, será possível enxergar melhor as dotações e onde estão. Mesmo que a pauta esteja fragmentada

em várias secretarias, é importante ter dotações específicas

para a temática. Será envido para as secretarias a carta com

as considerações do CMDRSS sobre o orçamento. Também

importante pensar num orçamento para o próprio CMDRSS

para, por exemplo, transporte para trazer os agricultores às

reuniões e lanche e ainda que seria que teria espaço para

refletir sobre as demandas.

Maria Clara ressaltou que seria importante colocar uma

dotação especificamente para agricultura para facilitar o

controle tanto de servidores públicos como para o controle

social. Em 2019 também houve empenho e dispêndio para a

inauguração da Escola Agroeológica. Patricia informou que a

inauguração e reforma do Parque e Escola Agroecológica deu-

-se com recursos advindos de um TCA. Toninho e Maria Clara

informaram que a reforma da CAE Sul ocorreu com recursos

financeiros da SMSUB e a aquisição das despolpadeiras de

Cambuci e freezers por meio de um Convênio com o Governo

Federal.

Patricia Sepe disse que é importante ter um orçamento

específico para as CAEs e não conseguiu identificar os recursos dos TEIAs.

Magno questionou como acessar o orçamento dos insumos que não foram executados e como ter acesso a esses

insumos. Toninho disse que vai encaminhar para licitação.

Houve dúvidas com relação às mudanças que ocorreram

com relação á Administração Indireta, incluindo o futuro da

Adesampa. Patricia se comprometeu a fazer a tabela de orçamento e foi marcada para 4ª feria a reunião, dia 1º de Julho.

D. Maria Alves, conselheira suplente representante dos

agricultores da Zona Norte, relatou que um documento será

enviado por e-mail ao CMDRSS sobre acontecimentos importantes que estão ocorrendo na Comuna da Terra, como

ameaça de invasão à área de produção e área de APP. Após o

recebimento da carta o assunto será prontamente encaminhado. Magno aproveitou o momento e relatou que a principal

questão da Zona norte é a regularização fundiária e perguntou como o CMDRSS pode ajudar e interferir juto ao INCRA.

Luis Henrique sugere um grupo de estudo sobre situação

fundiária e área rural. Patricia Sepe sente falta da SMVA como

coordenador da ação de fiscalização de invasões e ameaças

a áreas de APP. Toninho relatou que é importante que se faça

uma visita ao local e verificar o que está acontecendo de fato

e aferir se a área invadida é área de APP. Se confirmado, o

ideal será acionar o polícia ambiental do município e a Polícia

Ambiental do Instituto Florestal. Moção da Cooperapas: foi respondida pela área técnica

da CODAE mas ainda será apreciada pelo Gabinete da SME

e enviado ao ponto da CMDRSS pelo SEI. Foi informado por

Patricia Sepe que não caberia mais recurso segundo informações repassadas a ela devido ao tempo decorrido. De qualquer

forma o CMDRSS aguardará o andar do processo SEI.

Informe: Luis Henrique discorreu sobre o status do Plano

Rural, ainda no mês de Junho trabalhou-se bastante no plano

e que o mesmo seguiu para revisão ortográfica, na sequencia

será enviado à Assessoria Jurídica da SMDET e por fim à

ATL, Assessoria Técnico-Legislativa do Gabinete do Prefeito.

Patricia Estevam, CDRS está fazendo um novo levantamento

com os produtores (junho), os primeiros foram feitos em abril

e maio, para saber como a pandemia está interferindo na

produção e comercialização dos agricultores. Patricia Sepe:

Projeto Ligue os Pontos foi prorrogado de até março/21021.

Seria importante solicitar à coordenação do Projeto que se

faça uma nova apresentação ao CMDRSS.

Acabou a reunião. Audrei informou no chat que foi realizado

o levantamento de hortas nos parques municipais e futuramente poderão utilizar esses espaços para oficinas e cursos

em agroecologia, permacultura e desenvolvimento sustentável

no intuito de sensibilizar as pessoas no entorno dos mesmos.

Comentou que encaminhará o estudo Expirado o horário da

reunião os trabalhos foram finalizados.

**Data: 30/07/2020**

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Google Meet**

Participantes:

André Ruoppolo Biazoti (Instituto Kairós); Araci Kamiyama

(CDRS); Audrei da Costa (SVMA) Cristina Abi Jabbour

(SMDET e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra Malta (SMSUB/

DA); Débora Sahyun (EDR SP/CDRS); José Antônio (Toninho)

Teixeira (SMSUB/DA); Luccas Longo (SVMA); Luis Henrique

Marinho Meira (SMDET e Presidente do CMDRSS); Luzia

Souza da Silva (Agricultora Zona Sul); Magno C. F. de Paula

(Agroverde, Agrocultor Zona Norte); Maria Clara Zuppardo

(SMSUB/DA); Maria Lucia Bellenzani (RAPPA); Paulo Cesar Leite Saraiva (SAA); Patricia Estevam (CDRS/SAA); Patricia Sepe

(LoP/SMDU); Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA); Sueli Rodrigues

(Agricultora Zona Leste); Tatiane Aparecida Soares Johann

(SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste).

Em 30 de julho de 2020 foi realizada a 7º reunião ordinária do ano de 2020 da nova gestão do Conselho Municipal

de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS,

Biênio 2020/2021, por meio de plataforma digital. Iniciada a

reunião, o presidente deste CMDRSS Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes

itens: balanço das informações e encaminhamentos referente

ao questionário dos agricultores (Covid-19), PLOA 2021, situação do assentamento Irmã Alberta, Plano Rural (PMADRSS),

Multa da Cooperapas e Informes.

Dando sequência aos trabalhos, foi decidido que as ATAs

do mês de maio e junho seriam reenviadas no dia seguinte à

reunião e a aprovação se daria por e-mail.

André discorreu sobre o questionário dos agricultores

(Covid-19) dizendo que o relatório foi finalizado e que a área

de Comunicação da SMDET fez uma rápida diagramação e

revisão geral e, após fazer um release, inclui o arquivo no

site da SMDET, link do CMDRSS, como uma matéria e ainda

desenvolveu um banner para divulgação. Disse ainda que

seria importante quem pudesse compartilhar o banner em

suas redes pois ficou um relatório bem construído, traz uma

análise interessante, auxilia grupos que estão avaliando o

impacto da Covid-19 em relação à Agricultura, dialoga com

o levantamento feito pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado (SAA), traz recomendações, e, de certa

forma, evidencia o CMDRSS perante a situação da pandemia;

ainda traz as contribuições para que a Prefeitura de SP possa

auxiliar os agricultores nesse momento de pandemia. Um

segundo desdobramento é como responder às demandas que

foram colocadas. Há algumas delas que estão vinculadas às

políticas públicas e próprias dificuldades que já tinham antes

e que foram reforçadas pela pandemia e também questões

emergenciais como cestas básicas e kits de higiene. Uma boa

parte dessas demandas emergências já estavam sendo atendidas, principalmente na zona sul de forma local por instituições

vinculadas à assistência social e grupos da sociedade civil

como igrejas.

Luis Henrique agradeceu ao André pela estruturação

do trabalho em nome do CMDRSS e acrescentou que as

demandas são bem diferentes por território e a resolução

passa por arranjos locais. Talvez valesse à pena um olhar mais

cuidadoso fora da região sul. A Rute e o Domingos tiveram

um papel importante de encaminhamento das demandas da

zona sul junto ao CRAS e entidades da sociedade civil e, de

certa forma, houve um encaminhamento diferente das outras

regiões como zona leste e norte. André comentou que uma

das recomendações é justamente o monitoramento constante

e talvez na próxima reunião planejar uma nova “rodada”

de questionários. Pensa que a zona norte está com uma

carência grande de atenção e sugeriu montar uma comissão

permanente para trabalhar com as questões da zona norte.

Luccas corrobora com a fala do André e acrescenta que seria

importante produzir um relatório com uma certa frequência

por exemplo, ao final de cada gestão ou ao final de cada ano.

Isto serviria também para demonstrar a situação (precária)

que vivem os agricultores no município e serviria como um

instrumento importante para justificar as causas do CMDRSS e

contribuir na revisão de planos municipais importantes como

por exemplo o Plano de Manejo da APA Capivari-Monos e da

APA Bororé (este sendo construído) e o próprio Plano Municipal de Desenvolvimento Rural que precisam se pautar na

realidade da zona rural. Importante também lançar mão dos

parceiros que hoje trabalham a temática como o LoP, a Faculdade de Saúde Público por meio do Projeto Glocul as CAEs, os

Conselhos das APAs, das Unidades de Conservação e as outras

secretarias. Luis Henrique concorda com a criação de um

grupo permanente com um olhar mais acurado para a zona

norte e preparar as demandas, mas também seria importante

para colher informações e trazer para o Conselho. Foi criado o

GT formado por: Luis Henrique, Cristina, Vanda, Maria Clara,

Toninho, Cyra e Paulo Cesar. Vanda ficou de enviar uma mensagem no grupo de whatsapp para verificar se mais algum

conselheiro gostaria de participar. Toninho comunicou que

tem feito visitas a algumas hortas da zona norte juntamente

com técnicos do EDR/SP da SAA. Vanda manifestou a possibilidade de buscar parcerias com universidades e faculdades de

ciências agronômicas. Luis Henrique comentou que na cidade

de SP há apenas a Faculdade Cantareira que trabalha com

esse tema, porém são as últimas turmas deste curso. André

e Maria Clara citaram a UFABC como possível faculdade para

iniciar a conversa de parceira, porém num horizonte de médio

prazo. Luccas trouxe a informação de que no conselho das

APAS da zona sul há duas faculdades, a UNISA e a UFABC. Na

sequencia a pauta trazida foi a Comuna da Terra Irmã Alberta.

Toninho e Luis Henrique relataram que fizeram uma visita,

separadamente. Luis Henrique explanou que, segundo relatos

locais, está ocorrendo uma situação de conflito e comunicou

que estava elaboando um ofício para solicitar informações

para a ITESP, SABESP, INCRA e Ouvidoria Agrária para saber

qual a situação e processos vinculados à área. A ideia é coletar informações para o CMDRSS ter mais segurança sobre

o que está será tratado. Toninho foi com um representante da

SABESP que levará ao conhecimento da companhia a situação

e disse que não tinha informação sobre as novas invasões.

Toninho relatou que está aguardando contato da profissional

Ivana da área de Patrimônio Imobiliário da SABESP e que será

informado ao grupo para que outros conselheiros, se assim

quiserem, participem da possível reunião. Ainda acrescentou

que a companhia possui um documento reconhecendo as famílias que estão acampadas, por volta de 100 e disse e que D.

Maria Alves mencionou uma invasão e extração ilegal de madeira na área de APP (Área de Preservação Permanente). Relatou que foi feita uma tratativa há um ano e meio por meio

da Polícia Ambiental do Estado e do Município relacionado

à APP. Luis Henrique citou também que visitou a área e que

há diversos grupos ocupando diferentes trechos do terreno,

caracterizando-se como uma ocupação urbana avança sobre o

assentamento agrícola, o que poderá gerar um possível conflito entre eles. Reitera a necessidade de encaminhar um pedido

de informações aos órgãos mencionados anteriormente para

que se possam acumular informações para então se fazer uma

ação mais estruturada. Apesar de o acampamento estar numa

área urbana, segundo Plano Diretor, ela se enquadra no dispositivo que trata de imóvel rural com utilização rural dentro da

área urbana, sendo assim, é considerado parte da área rural

da cidade, mesmo estando em zoneamento de área urbana.

A próxima pauta tratou sobre a PLOA21. Cristina e Maria

Clara informaram que após a reunião do GT foram enviados

os ofícios juntamente com o documento elaborado pela conselheira Patricia Sepe assinados pelo presidente do CMDRSS

para a SMDET, SMDU, SMS, SME, SMSUB, SG e SVMA. Posteriormente seria enviado para a SGM. Alguns conselheiros

parabenizaram o material produzido. André sugeriu que o GT

do Orçamento continuasse para acompanhamento dos desdobramentos das ações. Luccas menciona de que o GT de Orçamento deveria constar do Regimento Interno. André reafirmou

a necessidade de formação na temática de orçamento. Luccas

corroborou com a ideia, incluindo ainda os Conselhos das

APAs da zona sul que também tem como objetivo a promoção

do desenvolvimento sustentável e incentivo à agroecologia.

Vanda mencionou que a Escola do Parlamento da CMSP oferece este curso. Cristina se responsabilizou a fazer a tratativa

para o possível treinamento.

A próxima pauta foi o Plano Rural. Cristina e Luis Henrique informaram que o processo de criação do decreto está

no gabinete da SMDET, passou pelo AJ sem nenhum tipo de

contraposição ou nova instrução, inclusive este colaborou com

uma nova redação da minuta do Decreto.

Dando continuidade à reunião, falou-se sobre a Multa da

Cooperapas que será aplicada de forma integral e pelo valor

nominal. Luccas trouxe o tema da coordenação do PMADRSS,

indagando como ele se dará. Luis Henrique disse que o acompanhamento e fiscalização das ações provavelmente se dará

por meio do CMDRSS, mas que pauta importante e que deverá

ser abordada posteriormente ao lançamento do Plano é sobre

a coordenação das ações.

Toninho expôs as realizações da CAE Sul e CAE Leste:

reforma da CAE Sul com recursos de aproximadamente R$

100 mil contribuindo para a melhoria das atividades que lá

são executadas pelo Departamento de Agricultura e o Projeto

LoP. A Patrulha Agrícola foi reativada com a contratação do

motorista. Distribuição de 8 a 10 toneladas de composto na

zona norte e leste atendendo diversos agricultores. Foram

feitas reuniões com a ENEL na zona leste e, nessa conversa,

houve menção da empresa estudar a possibilidade de passar

as áreas ocupadas para atividade de agricultura das faixas de

servidão para os mesmos. Toninho mencionou à concessionária que alguns agricultores estão sendo prejudicados pela falta de documentação destas áreas pois ficam impossibilitados

de obter a DAP e não conseguem acessar políticas públicas

especificas e crédito rural. Esse assunto, DAP, também está

sendo tratado junto ao EDR/SAA. Foi elaborado um documento de parceria e enviado ao Depto. Jurídico da SABESP acerca

das áreas ocupadas com agricultura, propondo que a SABESP

entrasse com o patrimônio e o DA com a assessoria técnica.

Informes: Luccas informa sobre a publicação da Portaria

49, resultado das consultas feitas aos conselheiros dos três

conselhos da zona sul, que dispõe sobre a realização de reuniões remotas pelos Conselhos Gestores dos Parques Municipais

Urbanos, Lineares e Unidades de Conservação e que poderia

servir de base também para o CMDRSS. Relembrou que compartilhou uma sugestão de questionário ao CMDRSS e o possível desdobramento poderia ser tanto uma portaria quanto um

procedimento especifico dentro do CMDRSS. Tatiane informou

que D. Terezinha de São Mateus está tendo problemas com

relação à DAP e que estava em tratativa com o EDR/SAA. Os

comodatos das áreas ocupadas da ENEL continuam vencidos e

será aguardado o período de 40 a 120 dias para sua regularização. A subprefeitura da Penha conseguiu o comodato com

a ENEL, na região da Vila Guilhermina, e um recurso com o

Rotary da região para desenvolvimento de projeto nesta área.

As tratativas estavam ocorrendo desde 2017. Paulo Cesar discorreu sobre a importância de na próxima reunião do CMDRSS

chamar um profissional do Banco do Brasil, pois já saiu o

Plano Safra 2021 que possui novas linhas de crédito. Comentou também da importância do PAA no sentido de escoar a

produção dos agricultores familiares.

Raquel comentou que houve uma reunião sobre o Plano

Safra 2021 e as Informações estão disponíveis no portal do

Ministério da Agricultura e no canal do Youtube do órgão e

disse que se assim o CMDRSS quiser, poderia trazer informações na próxima reunião. Ela passará o link da reunião do

“Fortalece Sociobio” um novo programa do Ministério focado

em consórcios públicos. Sobre o PAA, disse que realizou uma

reunião com a Coordenadora da Cosan sobre o PAA Municipal e há conversas com a SAA. Luis Henrique informou que

ocorreu uma reunião com o BB na SMDET e se colocou à disposição para contatar o banco para falar sobre o Plano Safra

2021 e as DAPs. Expirado o horário da reunião os trabalhos

foram finalizados.

**Data: 27/08/2020**

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Google Meet**

Participantes:

Araci Kamiyama (CDRS); Audrei da Costa (SVMA) Cristina

Abi Jabbour (SMDET e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra

Malta (SMSUB/DA); Débora Sahyun (EDR SP/CDRS); Janina

Belo (LoP/SMDU); Jeniffer Souza, José Antônio (Toninho)

Teixeira (SMSUB/DA); Juliana Hernandes Antunes, Lucilla Dias

(SGM), Luis Henrique Marinho Meira (SMDET e Presidente do

CMDRSS); Luzia Souza da Silva (Agricultora Zona Sul); Magno

C. F. de Paula (Agroverde, Agricultor zona norte); Maria Clara

Zuppardo (SMSUB/DA); Maria Lucia Bellenzani (RAPPA); Maria

do Céu (Comusan), Mariane Antunes Lopes, Paulo Cesar Leite

Saraiva (SAA); Patricia Estevam (CDRS/SAA); Patricia Sepe

(LoP/SMDU); Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA); Rodrigo Cortez

(SFA-SP/MAPA); Sueli Rodrigues (agricultora zona leste); Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda

Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste). Maria

Alves (agricultora zona oeste).

Registro:

Em 27 de agosto de 2020 foi realizada a 8º reunião ordinária do ano de 2020 da 2ª gestão do Conselho Municipal

de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS,

Biênio 2020/2021, por meio de plataforma digital. Iniciada a

reunião, o presidente deste CMDRSS Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes

itens: Plano Safra 2020/21; Assentamento Irmã Alberta; PL

181 referente ao Cinturão Verde Guarani e Informes.

Dando sequência aos trabalhos Rodrigo Cortez realizou

uma apresentação geral sobre o Plano Safra 2020/21 queserá disponibilizada após a reunião por e-mail, e à Secretaria

Executiva ficará a cargo de sua distribuição. Comentou que

o MAPA está rastreando de forma mais acurada os créditos

oferecidos e aplicados no Estado de São Paulo e para isso

busca os dados na Plataforma do Banco do Brasil (principal

agente financeiro do Pronaf e Pronamp e outras linhas de

financiamento agrícola), que poderá ser compartilhada com

este CMDRSS. Numa próxima ocasião, se o CMDRSS tiver

interesse, e assim que os dados estiverem organizados, poderão ser integralmente apresentados. Estarão disponíveis

R$236,3 bilhões para este novo período, divididos nos seguintes volumes de créditos: juros controlados R$ 154,3 bilhões

e juros não controlados R$ 82 bilhões. A principal linha do

Plano Safra é o crédito rural (financiamento). Para o Pronaf há

disponível R$ 33 bilhões, sendo R$ 19,4 bilhões para custeio e

R$ 13,6 bilhões para investimento, o Pronamp ira contar com

R$ 33,12 bilhões, sendo R$ 29,3 bilhões para custeio e R$ 3,8

bilhões para investimento. Demais Produtores e Cooperativas

contarão com um volume de R$ 170,17 bilhões.

Alguns destaques do Plano Safra 2020/21: apoio à inovação tecnológica, apoio à irrigação, apoio ao setor pesqueiro

e aquícola e, por fim, sustentabilidade. Há também linhas

específicas para o cooperativismo. Na perspectiva dos últimos

anos a estado de São Paulo tem acessado cerca de 10% dos

recursos do Plano Safra e dentre os pilares de desenvolvimento da agricultura, em destaque a agricultura familiar, uma das

grandes dificuldades é o acesso a comercialização, ressaltando esse fato m razão da pandemia. Dentro do Pronaf há uma

linha específica destinada para assentados da reforma agrária,

beneficiários do Crédito Fundiário e para aqueles de menor

renda (até R$ 23 mil/ano), além da disponibilização do Pronaf

Indígenas, sendo que a SAF/MAPA está conveniando com

a FUNAI para que as DAPs sejam emitidas pela instituição.

Muitas vezes créditos específicos como Pronaf Mulher, Pronaf

Agroecologia, Pronaf Bioeconomia são linhas de baixo acesso

justamente devido à necessidades na elaboração do projeto.

Há o Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade (que

é executado por meio dos consórcios intermunicipais) que

possibilita o financiamento para custeio e investimentos de

sistemas produtivos de exploração extrativista e de produtos

da socio biodiversidade ecologicamente sustentável; sistemas

produtivos de ervas medicinais, aromáticas e condimentares,

de produtos artesanais e da exploração de turismo rural, este

programa está dentro da Plataforma Mais Brasil. Há também

outra linha importante para habitação rural, uma linha de

crédito que conta com R$ 500 milhões a ser operacionalizada

em condições de juros a 4% ao ano. E, por fim, uma linha

para a Assistência Técnica e Extensão Rural, cujo prazo para

inscrição já está encerrado, denominada “Residência Profissional Agrícola” que se destina a um público beneficiário direto

de 1.500 Jovens estudantes (15 a 29 anos), recém-egressos

dos cursos de ciências agrarias e áreas afins. Já o Programa

de Aquisição de Alimentos destinará R$ 150 milhões para o

PAA Formação de Estoques, destaque para: lácteos, suco de

uva, derivados da mandioca, produtos da sócio biodiversidade

(castanhas), dentre outros; destinação de mais R$ 70 milhões

para o PAA Doação Simultânea para estados e municípios;

com estes valores as compras públicas em 2020 através do

PAA atingirão o montante de R$ 850 milhões. Há também o

Programa de Seguro Rural (PSR) que contará com um aplicativo para conectar o agricultor com as seguradoras e fomentar

a cultura do seguro rural.

Após a apresentação foi aberto um espaço para perguntas. A Sra. Maria Alves levantou a questão fundiária como

entrave para acessar os créditos e políticas públicas, e que

os pequenos agricultores não conseguem ao mesmo tempo

cuidar da agricultura e entender e estudar como tratar dos

créditos e de procedimentos administrativos. Araci Kamiyama

fez uma pergunta referente a linha de Crédito do Pronaf

Agroecologia com relação aos requisitos de acesso na questão

da transição agroecológica, porque a realidade mostra que é

necessário apoio para que o agricultor faça essa transição.

Juliana mencionou que há outras linhas como o Crédito

Variável caso não seja possível se adequar à linha antes

mencionada. Luis Henrique relatou que algumas conversas já

foram feitas anteriormente com o Banco do Brasil e entende

que a tratativa ideal seria a de forma institucional para que

o banco entre na dinâmica de conversas e tratativas sobre o

acesso ao Pronaf na cidade de São Paulo. Mencionou ainda

que é importante pensar numa estratégia para SP, qual seja,

eleger uma agência específica para atender a cidade ou fazer

formação para alguns gerentes em regiões diferentes da

cidade ou ainda, como complementado pela Cyra, que pelo

menos, em determinado período do ano, o Banco do Brasil

pudesse disponibilizar profissionais que tenham mais informações sobre o Crédito Rural. Foi formado um GT Plano Safra

2020/21 – BB: Raquel, Araci, Luis Henrique, Cyra, Cristina,

Patricia Sepe e Vanda.

A próxima pauta tratou sobre Assentamento Irmã Alberta.

Luis Henrique informou que foram enviados ofícios com solicitação de informações ao ITESP, INCRA e SABESP. O ITESP,

por meio do seu Chefe de Gabinete, retornou recebimento e

afirmou que a resposta estava sendo elaborada e posteriormente seria enviada. Com relação à SABESP o ofício chegou

ao conhecimento da presidência e aguarda retorno. O INCRA

respondeu prontamente informando que tão logo estivessem

de volta ao prédio, saíram devido a um problema estrutural, a

resposta seria elaborada, (a partir de 18 de agosto) mas, apesar das constantes ligações e e-mails, não houve mais retorno.

Foi criado um Processo Eletrônico nº 6064.2020/ 0000821-9

para acompanhamento do caso. Uma visita técnica ao Assentamento Irmã Alberta foi combinada, por alguns membros do

CMDRSS, para o dia 02 de setembro. Chamamento do Projeto

Ligue os Pontos e

Já na pauta seguinte Patricia Sepe discorreu sobre a

importância do PL 181/2016 para as comunidades indígenas,

propondo a criação do cinturão Guarani na cidade de SP,

projeto que estava na ATL (Assessoria Técnico-legislativo) do

Gabinete do Prefeito. Foi enviado a algumas secretarias para

consulta e existem informações que dão conta de que algumas secretarias se posicionaram contra este PL. Ainda não é

conhecido o número do Processo SEI mas há o conhecimento

de que neste PL a CAE foi mencionada como possível ponto

de apoio à comunidade indígena na zona sul, assim como

a SVMA com sua abordagem sobre educação ambiental e o

Projeto Aldeias da Secretaria de Cultura. Patricia sugeriu o

envio de uma moção de apoio para o Gabinete do Prefeito e

para o Presidente da CMSP, e acha importante que o CMDRSS

tome posicionamento sobre o tema. Uma minuta seria escrita

e Cyra ficou de verificar se esse processo está tramitando na

SMSUB.

Na sequencia, Patrícia falou sobre o chamamento do

Projeto LoP (apoio à cadeia de valor) e que o Projeto foi

prorrogado até Março/21. Houve um considerável avançado

da Assistência Técnica mas a questão de comercialização

ainda precisa ser trabalhada e será feita em conjunto com a

Adesampa que coordenará este chamamento que será uma

concorrência para avaliação de projetos que desenvolvam a

cadeia de valor na zona sul de SP. O Edital está disponível no

site do Projeto Ligue os Pontos. Com relação ao ofício enviado

pela CMDRSS sobre a LOA 21 houve resposta da SME, SVMA e

SMS. Luis Henrique informou que o PAA da Prefeitura foi lançado e no dia 31 de agosto às 14h haveria uma “live” sobre

dúvidas sobre o Edital. Por fim, a ATA da 7º Reunião Ordinária

do ano de 2020 foi lida e aprovada. Expirado o horário da

reunião os trabalhos foram finalizados. Data: 24/09/2020

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Google Meet**

**Participantes:**

Araci Kamiyama (CDRS); Audrei da Costa (SVMA); Cristina

Abi Jabbour (SMDET e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra

Malta (SMSUB/DA); Débora Sahyun (EDR SP/CDRS); Janina Belo

(LoP/SMDU); Jeniffer Souza, José Antônio (Toninho) Teixeira

(SMSUB/DA); Juliana Hernandes Antunes, Luis Henrique Marinho Meira (SMDET e Presidente do CMDRSS); Luzia Souza da

Silva (Agricultora Zona Sul); Magno C. F. de Paula (Agroverde,

Agricultor zona norte); Maria Clara Zuppardo (SMSUB/DA);

Maria Lucia Bellenzani (RAPPA); Maria do Céu (Comusan),

Mariane Antunes Lopes, Paulo Cesar Leite Saraiva (SAA); Patricia Estevam (CDRS/SAA); Patricia Sepe (LoP/SMDU); Raquel

Rizzi (SFA-SP/MAPA); Sueli Rodrigues (agricultora zona leste);

Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda

Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste). Maria Alves

(agricultora zona oeste).

Registro:

Em 24 de setembro de 2020 foi realizada a 9º reunião

ordinária do ano de 2020 da 2ª gestão do Conselho Municipal

de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS,

Biênio 2020/2021, por meio de plataforma digital. Iniciada a

reunião, o presidente deste CMDRSS Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens:

Assentamento Irmã Alberta; - Hortas Urbanas (Sampa Mais

Rural); PMADRSS (Plano Rural) e Informes.

A reunião iniciou-se com a pauta do Assentamento Irmã

Alberta. D. Maria Alves mencionou que a visita realizada por

alguns membros do Conselho em 02 de setembro ao assentamento foi positiva.

Na sequência, Andre Biazotti apresentou de forma resumida a ferramenta Sampa + Rural, focando nas hortas urbanas.

Cristina e Luis Henrique apresentaram as atualizações sobre o Plano Rural. O processo estava pronto para ser tramitado

para a ATL - Assessoria Técnico-Legislativa do Prefeito.

Ficou acordado de um conselheiro buscar mais informações

sobre os pátios de compostagem, e mesmo, fazer contato com a

extinta Amlurb, para trazer algum servidor na próxima reunião

com o objetivo de elucidar dúvidas sobre produção e distribuição de composto.

Informes:

Maria Lúcia Belezzani e Lucilla Dias justificaram a ausência.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.

Data: 29/10/2020

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Google Meet**

**Participantes:**

Araci Kamiyama (CDRS); Audrei da Costa (SVMA); Amélia

(SMDU/ LoP); Cristina Abi Jabbour (SMDET e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra Malta (SMSUB/DA); Débora Sahyun (EDR SP/

CDRS); Glenn Makuta (COMUSAN/ Slow Food) Janina Belo (LoP/

SMDU); Jeniffer Souza, José Antônio (Toninho) Teixeira (SMSUB/

DA); Lia Palm (SMDU/ LoP); Luis Henrique Marinho Meira (SMDET e Presidente do CMDRSS); Lucila Dias (SGM) Luzia Souza

da Silva (Agricultora Zona Sul); Maria Alves ( Agricultora zona

norte); Magno C. F. de Paula (Agroverde, Agricultor zona norte); Maria Clara Zuppardo (SMSUB/DA); Mathews Vichr Lopes

(SMDU/ LoP); Patricia Sepe (LoP/SMDU); Raquel Rizzi (SFA-SP/

MAPA); Rafael (Amlurb); Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora

Urbana Z. Oeste).

Registro:

Em 29 de outubro de 2020 foi realizada a 10º reunião

ordinária do ano de 2020 da 2ª gestão do Conselho Municipal

de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS,

Biênio 2020/2021 por meio de plataforma digital. Iniciada a

reunião, o presidente deste CMDRSS Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens:

apresentação da Plataforma SAMPA + RURAL (Projeto Ligue os

Pontos); Assentamento Irmã Alberta; PMADRSS (Plano Rural)

e Informes.

A reunião iniciou-se com a Cristina informando que houve

um problema técnico na gravação da última reunião (Setembro/20) e que não houve registro oficial da mesma. Acrescentou

que faria uma ATA compartilhada no Google Documentos com

as anotações que possuía, e solicitou a todos que pudessem dar

suas contribuições.

Na sequencia, Rafael Golin da Amlurb, que participou da

reunião falou sobre a Compostagem no município, produção e

distribuição, pauta que foi levantada por alguns agricultores na

reunião de Setembro/2020. Iniciou sua fala informando que os

cinco pátios não pararam de funcionar em meio à pandemia,

mesmo porque as feiras continuavam funcionando. Os números

de resíduos aumentaram: de uma entrada de 6800 toneladas

para aproximadamente 12.000 toneladas, o que gera de dois

a três mil toneladas de composto. O composto não possui restrição de uso, seja pra uso doméstico, em hortas comunitárias

ou poder público. Ressaltou que um dos focos do programa é

incentivar a economia circular para fechar a cadeia produtiva.

O pedido se faz por e-mail (compostagem@prefeitura.

sp.gov.br), informando quem vai usar finalidade, quantidade

requerida e qual a área. Se a quantidade for pequena, o munícipe pode retirar direto no pátio. Se maior, no caso a granel, é

feito um agendamento para retirada com data e horário, pois

o material não é ensacado. Há casos de Instituições que levam

seus sacos antes do dia da retirada para que o composto seja

ensacado. O composto é peneirado antes de ser entregue. Basicamente o que e retirado são resquícios de plásticos. Está prevista a análise deste composto, e, os agricultores que o utilizam,

poderão vir a ter acesso ao resultado. Isso é ainda algo a se

tratar, como fazer esta comunicação e compartilhamento de dados. Como a compostagem não é atividade fim de Amlurb, não

há sistema de entrega. Hoje, há cinco pátios em funcionamento

(3 na zona leste, 1 centro e 1 zona oeste). Foram adquiridas

balanças rodoviárias para fazer o registro das entregas, este

que será interligado ao sistema da prefeitura. Disse ainda que

há perspectiva de mudanças na capacidade de produção nos

pátios que já existem. Rafael ressaltou que poderá informar o

resultado da análise a algum conselheiro para que o mesmo

possa repassar os dados.

Cyra perguntou se há a possibilidade de manter os dados

da análise no portal eletrônicos da Amlurb, e a resposta foi que

sim, poderá ser colocados no “link” de compostagem. Informou

que o processo de peneiração passa por dois processos. 1º peneira grossa (resto de madeira) e depois a fina.

A lógica da quantidade máxima de composto que uma

instituição pode adquirir não é a lógica que a Amlurb quer

trabalhar pois o poder público trabalha no atendimento do

maior número possível de munícipes, sejam pessoas físicas ou

instituições. O ideal é cada um deles apontar a quantidade

necessária mensal ou anual, e assim analisa-se o atendimento e

o fornecimento ou até a produção, no caso se insuficiente para

aquela região, pensando sob o ponto de vista de planejamento

de produção.

Há duas áreas que poderão ser escolhidas para um novo

eventual pátio de compostagem, uma na Vila Prudente e outra

no Jabaquara.

Houve observações da Tatiana e Vanda com relação à qualidade do composto devido à quantidade de plásticos encontrada

e foi pedido para que se faça uma supervisão mais rigorosa das

etapas do processo; por outro lado há munícipes elogiando o

composto. Rafael comentou que é importante esta construção

em conjunto e que toda e qualquer crítica seja endereçada

ao mesmo e-mail de requisição para que possam melhorar o

processo, visando a melhoria contínua. Luis Henrique observou que se está no início de safra da

agricultura urbana e a necessidade do composto é permanente

e sugeriu um Grupo de Trabalho (GT) permanente de hortas

urbanas. GT: Cyra, Magno, Tatiane, Maria Clara, Raquel, Luis

Henrique e Vanda.

Em seguida, Lia, Mathews e Amélia apresentaram a Plataforma Sampa Mais Rural (https://sampamaisrural.prefeitura.

sp.gov.br/) desenvolvida no âmbito do Projeto Ligue os Pontos.

É um sistema que reúne muitos dados. O SISRURAL é um

sistema interno, um instrumento das políticas publicas de desenvolvimento rural acessado com login e senha onde consta o

cadastro do agricultores e dados de ATER.

A SAMPA + RURAL é uma plataforma aberta ao público

com dados sobre agricultura e alimentação saudável. Muitos

dados partem de cadastros da própria prefeitura como o cadastro dos agricultores. Haverá integração com a plataforma GeoSampa para que os dados automaticamente constem naquela

plataforma. Há quatro grupos: Agricultura, Mercado, Turismo e

Iniciativa de Políticas Públicas e subcategorias em cada uma

delas. O objetivo não é ser um “marketplace” e proporcionar

interação direta, mas as informações beneficiarão as conexões

fora do ambiente da plataforma. Observa-se uma rede se formando. Importante construir pontes com o CMRSS. Foram feitas

oficinas (Parelheiros) e uma Centro da cidade para construção

da plataforma.

A Plataforma possui múltiplas funções: conhecer a zona rural com dados e mapa (ela é colaborativa, pode-se incluir local

e foto, por exemplo, de agricultor, política pública que não está,

e ainda solicitar atualização de dados), pode-se localizar o que

há perto de determinado endereço: (horta, iniciativas, mercado,

etc); há a iniciativa do selo (incentivo para divulgar produtos

produzidos em SP) e mostrar restaurantes que compram essa

produção e que apoiam esse mercado; Ecoturismo e Vivência

Rural na cidade demostrando os dois polos de ecoturismo existentes, Zona Sul e Zona Norte e há ainda os Dados Abertos. Já

houve mais de 20 contribuições de novos cadastros na plataforma desde o seu lançamento. O próximo produto é o lançamento

de um selo, cujos objetivos são reconhecimento que determinado estabelecimento contribui com “uma Sampa + rural” e

divulga a Sampa + Rural e assim mais pessoas conheçam esse

sistema. Há a possibilidade de placas nos estabelecimentos com

a informação de uso dos produtos de agricultura de SP assim

como nas unidades produtivas e ainda hortas urbanas.

SIS Rural: sistema de assistência técnica e extensão rural e

ambiental. É um aplicativo para uso em campo, de forma offline

(muitas páreas rurais não têm internet). Há também a versão

“web”. A equipe da ATER Municipal não tinha instrumento de

organização de dados. Será assinado um termo de cooperação

técnico com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do

Estado. Além de informação cadastrais e de ATER informações

sobre quais políticas públicos aquele agricultor acessa, poderá

ser disponibilizado pelo sistema. Há os cadernos de campo com

possibilidade de anexar documentos como fotos. A plataforma

é sinérgica com a Plano Rural e pode ser uma fermenta do

CMDRSS. Uma questão que foi colocada para reflexão foi sobre

a possiblidade do CMDRSS validar e referendar este selo.

Patricia observou que a parceira que será estabelecida com

a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado, está garantindo que o sistema se consolide e se replique para além da

cidade de São Paulo e que o CMDRSS pudesse atuar de forma

mais protagonista na gestão desta plataforma.

Conselho pode ter acesso a estatísticas que existem do

SIS+Rural.

Cyra comentou e fez uma indagação sobre a importância

de situar e o futuro do CMDRSS, para qual secretaria ele irá ou

permanecer e o CMDRSS e haveria necessidade de uma secretaria executiva para assumir uma eventual parceria com Sampa +

Rural para decisão e acompanhamento, por exemplo.

Importante pensar nos encaminhamentos e amadurecer a

proposta de um conselho gestor da plataforma ou secretaria

executiva, evoluir na ideia de validação com o selo e quando

necessário a equipe do LoP estará disponível para uma próxima

reunião.

Cristina e Luis Henrique apresentaram as atualizações

sobre o Plano Rural. O processo foi tramitado no dia 25 de

setembro para a ATL - Assessoria Técnico-Legislativa do Prefeito.

Dia 16 de outubro houve manifestação da ATL para a SMDET

e no dia 26 de outubro a SMDET respondeu. As articulações

internas foram realizadas de forma bastante sistemática inclusive com a Secretária Adjunta da SMDET de modo a demonstrar

a necessidade de agilidade de análise do processo por parte

da ATL. Também relataram a dificuldade que estão tendo com

a empresa de diagramação seguir as modificações que estão

sendo modificadas.

A próxima pauta foi o Assentamento Irmã Alberta. A SABESP

respondeu , ainda que de modo informal direto para o e-

-mail da secretária executiva do CMDRSS, ao ofício enviado

pelo CMDRSS. Foi enviado um documento relatando que houve

aumento das famílias que ocupam o terreno

Foi realizada vistoria por meio de drone, detectando-se

que a ocupação aumentou consideravelmente, passando de

40 moradias (à época de 2016) para 320. O ITESP também

respondeu ao ofício, de modo oficial, de que de fato havia um

processo desta área, mas o processo foi finalizado. D. Maria

Alves também participou desta discussão e comentou que há

18 anos aguardam a regularização desta área, o que quer dizer

que não há condições de se ter uma construção adequada de

uma casa, por exemplo, vivendo de forma provisória; também

que esperava que as instituições públicas responsáveis por

este tema levassem a cabo o assunto da regularização. Aracy

perguntou se há um levantamento de quantos assentamentos

e acampamentos há na região metropolitana pois há uma

demanda de atendimento para transição agroecológica e não

estão conseguindo profissionais para ATER . Luis Henrique disse

que a informação oficial é dada pelo INCRA e ITESP.

Aracy comentou sobre a reestruturação das Casas de Agricultura do Estado com relação à diminuição da quantidade de

EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural), mas as informações

ainda estão sendo desenvolvidas e o processo ainda está em

desenvolvimento. Sobre as Casas de Agricultura Municipais não

há nenhuma informação sobre a interrupção das atividades.

Informes: Maria Lúcia Belezzani justificou a ausência.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.

**Data: 26/11/2020**

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Microsoft Team**

Participantes:

Araci Kamiyama (CDRS); Audrei da Costa (SVMA); Cristina

Abi Jabbour (SMDET e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra Malta (SMSUB/DA); Débora Sahyun (EDR SP/CDRS); Glenn Makuta

(COMUSAN/ Slow Food); José Antônio (Toninho) Teixeira (SMSUB/DA); Luccas G.R.Longo (SVMA); Luis Henrique Marinho

Meira (SMDET e Presidente do CMDRSS); Lucilla Dias (SGM);

Paulo Cesar Leite Saraiva (SAA); Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA);

Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda

Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste)

Registro:

Em 26 de novembro de 2020 foi realizada a 11º reunião

ordinária do ano de 2020 da 2ª gestão do Conselho Municipal

de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS,

Biênio 2020/2021 por meio de plataforma digital. Iniciada a

reunião, o presidente deste CMDRSS Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens:

Moção de apoio ao PL 181/2016, do Cinturão Verde Guarani;

PMADRSS (Plano Rural) e informes.

Luis Henrique comentou que apesar de o conselho haver

feito certo número de deliberações de atividades, algumas delas

não foram efetivadas e que provavelmente o conselho terácomo tarefa o resgate destas atividades no início do próximo

ano. Acrescentou que é necessária uma organização para que

as atividades não fiquem dispersas e os encaminhamentos

sejam realizados.

Foi acordado que a última reunião do ano de 2020 ocorrerá

no dia 17 de dezembro.

Na sequencia foi feita a leitura das ATAs de Setembro e

Outubro de 2020.

Em continuidade à reunião, falou-se sobre a moção de

apoio ao PL 181/2016, do Cinturão Verde Guarani; Audrei

questionou se o PL estaria sendo votado naquele dia; Cristina

informou que, segundo informações recebidas do site eletrônico SPLegis da Câmara Municipal de São Paulo, a votação do

referido PL não aconteceria naquele dia. De qualquer forma

a orientação foi a de redigir uma carta de apoio assinada

pelo CMDRSS em favor da criação deste cinturão e solicitar a

colocação da matéria para pauta de votação (2ª votação, pois

a 1ª já havia sido feita) e enviá-la ao Presidente da CMSP e

outras secretarias afins com o objetivo de demostrar apoio a

esse Projeto de Lei; dentre os argumentos de apoio, estão ações

refletidas no futuro Plano de Agroecologia e Desenvolvimento

Rural Sustentável e Solidário. Foi criado um grupo para a escrita

desta moção por Raquel, Luccas e Araci.

Cristina informou que recebeu uma mensagem de estudantes de Mestrado da UFABC, cuja tese é um trabalho sobre

Planejamento Rural, e que as mesmas gostariam de participar

da reunião. Como a solicitação foi feita durante a reunião, foi

acordado de que na próxima reunião, as estudantes seriam avisadas com antecedência, uma vez que as reuniões do conselho

são abertas.

Cristina e Luis Henrique apresentaram as atualizações

sobre o Plano Rural. A Assessoria Técnico-Legislativa do Prefeito, ATL, aprovou o processo do plano e está aguardando a

Secretaria de Governo Municipal dar ciência para seguir com a

minuta e ajustes para assinatura dos secretários mencionados

no documento do decreto e finalmente seguir para sanção do

prefeito. Cristina informou que está sendo feito um esforço em

conjunto da área técnica e do gabinete da SMDET para que o

processo tramite com a celeridade necessária.

Luis mencionou que resgatará deliberações de reuniões e

ATAs passadas para revisá-las na última reunião do ano.

A última pauta foram os informes. Toninho mencionou que

a licitação para a Patrulha Rural, onde tratores disponibilizados

aos produtores rurais que possuam características que possam

receber essa mecanização, havia sido concluída. Audrei comentou que o uso de maquinário pesado em determinadas áreas e

situações, poderia prescindir de uma observação mais cuidadosa e em certos casos além do desenvolvimento de parâmetros

para sua utilização, o oferecimento de outras alternativas aos

agricultores. Luis Henrique acrescentou que é importante o

acompanhamento técnico além do tratorista.

Raquel reforçou a informação sobre o Edital de compra

de cestas para distribuição, com preferência pelas orgânicas e

agroecológicas, que será feita pela SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que apresenta

critérios relevantes como compra dos agricultores do município

de SP e de grupo de mulheres, dentre outros.

Informes: Maria Lúcia Belezzani justificou a ausência.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.

**Data: 17/12/2020**

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Microsoft Team**

Participantes:

André Ruoppolo Biazoti (Instituto Kairós); Araci Kamiyama

(CDRS); Audrei da Costa (SVMA); Cristina Abi Jabbour (SMDET

e Secretária Executiva CMDRSS); Janina Belo (LoP/SMDU); Luis

Henrique Marinho Meira (SMDET e Presidente do CMDRSS);

Lucilla Dias (SGM); Paulo Cesar Leite Saraiva (SAA); Raquel Rizzi

(SFA-SP/MAPA); Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/

CAE Leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora Urbana

Z. Oeste)

Registro:

Em 17 de dezembro de 2020 foi realizada a 12º reunião

ordinária do ano de 2020 da 2ª gestão do Conselho Municipal

de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS,

Biênio 2020/2021 por meio de plataforma digital. Iniciada a

reunião, o presidente deste CMDRSS Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens:

PMADRSS (Plano Rural) e informes.

Na sequência, Luis Henrique leu a ATA de Novembro de

2020, que foi aprovada. Houve comentários sobre a Moção

de apoio ao PL 181/2016, do Cinturão Verde Guarani – após

ser escrita e revisada foi encaminhada fisicamente para a

Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e Secretarias, a saber,

SMDET, SMSUB, SMTUR e SVMA, sob o processo eletrônico

6064.2020/0001309-3. Luis Henrique comentou que provavelmente essa pauta deverá ser retomada no inicio de 2021 devido

à mudança de presidência da CMSP. Disse ainda que resgataria

as ATAs de 2020 para levantar as pendências, ou seja, identificar o que foi e o que não foi encaminhado; referente às estudantes que entraram em contato com a Cristina, via whatsapp,

elas não encaminharam e-mail ou retornaram as mensagens

sobre eventual participação na reunião de Dezembro/20.

A próxima pauta, Plano Rural, foi apresentada por Cristina

que informou que o processo do Decreto do Plano Rural, no

sistema eletrônico – SEI, estava no ponto da Secretaria de Governo Municipal. Ainda falou que estava enfrentando algumas

dificuldades com a empresa de diagramação do Plano, mas que

estavam sendo dirimidas.

Dando continuidade, Luis Henrique respondeu a um questionamento sobre a situação do Programa de Aquisição de

Alimentos – PAA, informando que os agricultores deveriam se

cadastrar individualmente para participarem do programa e não

por meio de cooperativas como aconteceu. Embora o Plano de

Trabalho continue válido, não foi possível a sua execução no

ano de 2020 podendo acontecer uma nova tentativa em 2021.

Raquel comentou que essa modalidade de PAA não é executada pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

– MAPA, mas que o mesmo está à disposição da Prefeitura de

São Paulo para quaisquer dúvidas ou solicitação de apoio.

Aracy compartilhou informações sobre o Protocolo de

Transição Agroecológica, considerado um importante estímulo

aos agricultores. Os mesmos não teriam acesso a este tipo de

informação se não fosse por meio da Assistência Técnica e

Extensão Rural e que os mesmos estão aderindo ao protocolo.

Outros estados têm mostrado interesse em troca de experiência

e informação como a Bahia, Paraná e Rio de Janeiro. Esclarece

que hoje há 340 produtores em transição no Estado de SP e

que há uma demanda de mais de 700 para adesão. Relatou

que a parceria com o Projeto Ligue os Pontos, no sentido de

inserir o Protocolo no Sistema de ATER será de extrema importância para aumentar a oferta de assistência técnica focada na

transição. Lembrou que o Estado de São Paulo lançou um PAA

sem a possibilidade de compra de agricultores em transição. Ela

conversou com o Coordenador do PAA em Brasília que disse

que se o MAPA, que é responsável pelo PAA, tivesse condições

de acompanhar e fiscalizar os produtores em transição, não

seria impeditivo trabalhar com esse público. Por fim reiterou

a importância desse grupo de agricultores estar inserido nos

editais de compras públicas. Sinalizou como importante para o

ano de 2021, a temática sobre compras públicas PAA e PNAE.

Raquel reiterou que a Superintendência de Compras Públicas

do MAPA está à disposição para falar sobre o assunto. Aracy

finalizou dizendo que a aplicação do Protocolo de Transição

Agroecológica já alcançou mais de 50 municípios do Estado de

SP; são 14 equipes de ATER no Estado que atendem um mínimode três grupos de agricultores, mas que há uma demanda bastante grande de agricultores por atender ainda.

Planejamento e Informes foram às últimas pautas.

Foi confirmada a data da reunião de Janeiro de 2021 para

o dia 28.

A reunião foi finalizada com a lembrança de que a agricultura e alimentação saudável serão, principalmente no pós-pandemia, assuntos prioritários a serem abordados pela sociedade,

nas suas mais diferentes esferas.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.

**Data: 28/01/21**

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Google Meet**

Participantes:

Araci Kamiyama (CDRS); Audrei da Costa (SVMA); Cristina

Abi Jabbour (SMDET e Secretária Executiva CMDRSS); Janina

Belo (LoP/SMDU); Luis Henrique Marinho Meira (SMDET e Presidente do CMDRSS); Luccas G.R.Longo (SVMA); ; Lucilla Dias

(SGM); Magno C. F. de Paula (Agroverde, Agricultor zona norte);

Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA); Maria Lucia Bellenzani (RAPPA);

Mauricio de Alcantara Marinho (SVAMA); Patricia Sepe (LoP/

SMDU); Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste)

Registro:

Em 28 de janeiro de 2020 foi realizada a 13º reunião

ordinária do ano de 2021 da 2ª gestão do Conselho Municipal

de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS,

Biênio 2020/2021 por meio de plataforma digital. Iniciada a

reunião, o presidente deste CMDRSS Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens:

Plano de Maneja da APA Bororé-Colônia, PMADRSS (Plano

Rural), Escola de Agroecologia e informes.

Vanda lembrou sobre a capacitação sobre Orçamento Público. O assunto será encaminhado por Cristina.

Na sequência, Luis Henrique leu a ATA de Dezembro de

2020, que foi aprovada.

Maurício apresentou o Plano de Manejo da APA Bororé-

-Colônia, localizada no extremo Sul da cidade de São Paulo.

Cristina explicou que o Plano foi tramitado da Secretaria

de Governo Municipal (SGM) para a SMDET e que os ajustes

solicitados foram realizados e o mesmo foi tramitado de volta

para a SGM.

Maria Lúcia expôs a informação sobre o Decreto que modifica a atribuição do Plano Rural para a Secretaria de Subprefeituras e sobre o parecer que houve acerca da Escola de Agroecologia, sob qual secretaria ela deveria ficar. Moção, de forma

separada, sobre a Escola de Agroecologia e lançamento do PSA

e outra Moção de apoio sobre o lançamento do PMADRSS.

Patricia sugeriu que se fizesse um relatório sucinto sobre

as reuniões do ano de 2020 do CMDRSS, nº de reuniões, média de participantes, atuação do conselho e posteriormente

trabalhar no planejamento para o ano de 2021; também sobre

a existência de um pequeno grupo para acompanhamento do

orçamento anual.

Sobre o Projeto Ligue os Pontos, se encerrará em 31 de

março, mas foi solicitado que, além do trabalho de campo, o

projeto em sua totalidade fosse postergado até Julho/21. Foi

contratada equipe para análise de águas em 150 unidades

produtivas. Consolidação do Sistema Sisrual, serão instaladas

unidades demonstrativas na Escola de Agroecologia, lançamento de um selo de produção agroecológica. Há um estudo

contratado para mapear possíveis novos financiadores para dar

continuidade ao Projeto Ligue os Pontos.

Patricia comentou sobre a possibilidade de fazer um convite à Fundação Ellen MacArthur para participar da reunião com

os agricultores com o objetivo de ouvi-los e Magno reiterou

este pedido. Magno falou a respeito de um pedido de um agricultor sobre supressão de árvores (eucaliptos) em sua propriedade. Solicitou se alguém conheceria um Engenheiro Agrônomo

que pudesse fazer um laudo para este agricultor ter a possibilidade de ir em frente com o processo na prefeitura. Maria Lúcia

se colocou à disposição para falar a respeito deste pedido.

Vanda ficou de levantar os vereadores para quem o PL 181

poderia ser encaminhado.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.

**Data: 25/02/21**

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Google Meet**

Participantes:

André Ruoppolo Biazoti (Instituto Kairós); Araci Kamiyama

(CDRS); Audrei da Costa (SVMA); Cristina Abi Jabbour (SMDET e

Secretária Executiva CMDRSS); Domingos Leoncio (LoP/SMUL);

Débora Sahyun (EDR.SP/CDRS); Glenn Makuta (COMUSAN/

SLOWFOOD); Janina Belo (LoP/SMDU); Luis Henrique Marinho

Meira (SMDET e Presidente do CMDRSS); Luccas G.R.Longo

(SVMA); Lucilla Dias (SGM); Magno C. F. de Paula (Agroverde,

Agricultor zona norte); Maria Clara Zuppardo (Agricultura/

SMSUB) Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA); Maria Lucia Bellenzani

(RAPPA); Michele Fernanda (Turismo/ SMDET); Patricia Sepe

(LoP/SMUL); Patricia Estevam (SAA/EDR); Paulo Cesar Saraiva

(SAA/CDRS – EDR SP); Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora

Urbana Z. Oeste)

Registro:

Em 25 de fevereiro de 2021 foi realizada a 14º reunião ordinária da 2ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, Biênio 2020/2021

por meio de plataforma digital. Iniciada a reunião, o presidente

deste CMDRSS, Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens: Apresentação da

Campanha de amostragem e análise de água das unidades de

produção rural - zona sul – Projeto Ligue os Pontos - PMADRSS

(Plano Rural); Informes.

Seguindo os trabalhos, a ATA foi lida pelo presidente do

CMDRSS e aprovada. Na sequência Domingos apresentou a

Campanha de amostragem e análise de água de 150 unidades

produtivas de agricultura (upa) na da zona sul da cidade de SP,

atividade ligada ao Projeto Ligue os Pontos (LoP). Disse que esses agricultores são atendidos ou pelo LoP ou pela CAE – Casa

de Agricultura da zona sul. O LoP não gostaria que essa análise

e diagnóstico tivesse um caráter punitivo, mas sim de assistência técnica e extensão rural, com o objetivo de encontrar e propor caminhos para soluções. Relatou que a partir dos resultados

da análise de água, um dos encaminhamentos é o de entrar

em contato com os órgãos de saúde e monitoramento que

trabalham com a questão da água na região. Todas as 150 upas

terão a análise simples, onde cerca de 13 parâmetros serão avaliados, 30 terão uma análise completa de águas subterrâneas e

superficiais e 50 terão análise dos tanques de verdura, aqueles

em que comercializam os produtos.

Disse ainda que há uma ficha de campo que é preenchida

na qual muitos detalhes são levantados, onde demandas dos

agricultores também foram observadas e será muito importante

as articulações com órgãos como as Câmara Técnica da APA

Capivari Monos e da APA Bororé Colônia e este CMDRSS. Foram

observadas reclamações com relação à demora do poder público em solucionar problemas em especial os de infraestrutura,

a exemplo das estradas. Finalizou dizendo que este seria um

diagnóstico regional da qualidade de água. Luzia participou

da reunião, pontuando que acha muito importante a análise

da água devido à contaminação que vem ocorrendo na região,

informou que alguns produtores tiveram que comprar água.

Com relação ao esgoto, comentou que há a fossa séptica e o

biodigestor – a região dela é o Gramado. Maria Lúcia reforçou a importância da escola de agroecologia para os agricultores da região.

Raquel Rizzi, do Ministério da Agricultura mencionou que

gostaria de expandir o conhecimento sobre agricultura urbana e

periurbana: o que está dando certo, quais os gargalos, questões

como DAPs. CMDRSS desenvolveria um documento conciso

dizendo onde há entraves na agricultura urbana e periurbana

e esse documento poderá ajudar até em questões de fomento

e financiamento.

Patrícia corrobora com a ideia de Raquel, lembrando que

já existe o Plano, mas este seria um documento de trabalho – a

sugestão seria um diagnóstico, o que tem sido feito e dado

certo, de fácil de consulta e que possa ser repassado para os

agricultores.

Andre refletiu sobre a possibilidade do CMDRSS ser um

espaço de recebimento das demandas dos agricultores. Talvez

criar um GT apenas para receber as demandas e organizá-las

– uma planilha de controle ou até utilizar o SIS Rural. Tem a

impressão de que as informações chegam mas depois não há

encaminhamento, a exemplo do Relatório do início da Pandemia junto aos agricultores. Patrícia disse que é utilizável sim

a Plataforma Sis Rural – e que seria interessante falar com ao

Nicole e Mathews.

André propôs uma formação para o CMDRSS sobe o SisRural.

Luis Henrique; Capacidade de dar resposta e encaminhamento às demandas não está dinâmico.

Encaminhamento da campanha da qualidade da água,

Patrícia sugeriu sistematizar a demanda dos agricultores. Devolutiva e daí precisaria do CMDRSS na articulado do mesmo.

André: fará a 1ª proposta de planilha, simples, com informações do tipo, qual demanda, quando trouxe, quem trouxe,

foi encaminhada, uma espécie de exercício inicial para saber

se vale à pena. Um ambiente do CMDRSS no SisRural, também

poderia ser pensado. Finalizou falando sobre a viabilidade de

um modelo padrão de ofício para tentar dar agilidade aos

processos

Raquel gostaria de começar a organizar as informações

sobre o diagnóstico já mencionado sobre as hortas. André contribuirá com esse trabalho.

Luis Henrique preparou um documento onde havia assuntos e demandas que foram levantados no ano de 2020 e não

foram encaminhados.

André mencionou a importância do Programa de Metas,

LDO, GT da Zona Norte com relação a esse último, a importância de mantê-lo ativado visto que não há CAE na zona norte.

Comentou que a Conferência Municipal de Desenvolvimento

Rural ocorreu em 2016, se não seria o caso de pensar em uma

próxima, não necessariamente para este ano, mas para os

próximos. Sente falta de um planejamento e não apenas atuar

sob demanda.

Wanda sugeriu que ao início das reuniões fosse olhada

a planilha mencionada acima. André acha que não otimizaria

o horário da reunião. Luis sugeriu fazer uma reunião extraordinária, entre as reuniões ordinárias e trabalhar em algumas

demandas. Dia 11 foi marcada a reunião intermediária, às 9h00.

Andre: grupo para o Plano de Metas – fazer um documento

para inclusão do Plano de Metas. Maria Lucia sugeriu incluir

neste documento as ações que forem prioritárias e urgentes do

Plano Rural, falou ainda sobre a Moção de apoio ao Plano Rural

Plano Rural, em 05/02 o Processo foi reenviado à ATL do

Prefeito que por sua vez o remeteu à Secretaria de Governo

Municipal onde segue aguardando aprovação.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.

**Data: 29/03/21**

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Google Meet**

Participantes:

Ana Flavia Badue (Instituto Kairós); André Ruoppolo Biazoti

(Instituto Kairós); Angèle Proust (USP); Araci Kamiyama (CDRS);

Audrei Costa (SVMA); Cristina Abi Jabbour (SMDET e Secretária

Executiva CMDRSS); Cyra Malta (Agricultura/ SMSUB); Débora

Sahyun (EDR.SP/CDRS; Janina Belo (LoP/SMDU); José Antônio

Teixeira (Agricultura/ SMSUB); Luccas Longo (SVMA); Luis

Henrique Marinho Meira (SMDET e Presidente do CMDRSS);

Luzia Silva (Agricultora Z. Sul); Maria Laves (Agricultora Z. Norte); Maria Clara Zuppardo (Agricultura/ SMSUB); Paulo Cesar

Saraiva (SAA/CDRS – EDR SP; (Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA);

Patricia Sepe (LoP/SMUL); Patricia Estevam (SAA/EDR); Tatiane

Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda Costa

(Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste); Vera Helena Lessa

Villela (COMUSAN/SP)

Registro:

Em 29 de março de 2021 foi realizada a 15ª reunião ordinária da 2ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento

Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, Biênio 2020/2021 por

meio de plataforma digital. Iniciada a reunião, o presidente deste CMDRSS, Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes

e expõe a pauta com os seguintes itens: Lei Municipal da Alimentação Escolar Orgânica – status; PAA Estadual; PMADRSS

(Plano Rural) e Informes.

Seguindo os trabalhos, Ana Flavia iniciou sua explanação

sobre a Lei Municipal da Alimentação Escolar Orgânica esta

que foi muito baseada na experiência do Estado do Paraná;

muitas oficinas ocorreram tornando o um processo coletivo de

construção. Essa lei foi aprovada em 2015 e regulamentada

em 2016. O Paraná hoje compra de 25 mil agricultores entre

familiares e não familiares oferecendo 1.200.000 refeições/

dia. Paraná regulamentou sua lei em 2020 baseada na regulamentação do município de SP e também possuem meta de

100% de orgânicos. É uma meta progressiva de compra, houve

um bom salto de compras no 1º e 2º ano de sua regulamentação da agricultura familiar e orgânicos e depois houve um

estacionamento, e a partir de 2019, movimentos ascendentes

e descendentes. Especificamente no ano de 2020, após acordo

com MP, que a prefeitura acolheu, de usar todo o recurso do

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para

entrega universal de Kits alimentação comprados com recursos

do FNDE 100% da agricultura familiar que ocorrerá em abril;

serão 1.100.ooo Kits. Antes da pandemia o sistema de compras

do município de SP era menos tecnologicamente eficiente. Pelo

fato de ter ocorrido a mudança no cadastramento eletrônico da

compra da agricultura familiar no sistema da prefeitura, foi possível fazer esse volume de compras inclusive com participação

nacional. Próximo passo necessário: por que o Paraná consegue

comprar de 25 mil produtores: possuem um sistema eletrônico

inteligente, uma tecnologia social, reconhecida pela Fundação

Banco do Brasil e que pode ser adaptada a vários municípios.

O seu formato: um único edital por ano por grupo de alimentos

16 ou 18 grupos de alimentos, vários tipos de hortaliças e frutas

em cada um destes grupos. O Agricultor tem essa diversidade

e não enfrenta problemas de sazonalidade ao passo que em

SP por vezes existe a necessidade de se abrir um edital por

item faltante onde os agricultores se apresentam pessoalmente

para os processos de chamada pública. Esta nova experiência

está sendo um piloto com produtos orgânicos e em transição.

Possibilidade de apoio do CMDRSS: aprofundamento sobre o

processo de compra, estudando o caso do Paraná (foi enviada

uma apresentação no Grupo de WhatsApp do CMDRSS por Ana

Flavia), para que seja implementado na sua totalidade. O Projeto Ligue os Pontos trabalhou no cadastro dos agricultores na

Zona Sul, o que ajuda este processo; Algo importante segundo

ela seria flexibilizar o cardápio, pois hoje é um alimento específico para cada dia da semana.

Objetivo ainda não atingido: como fazer a aproximação

dos agricultores de SP para fazer a venda direta para a creches

conveniadas. O sistema do Paraná foi premiado pelo FNDE e reconhecido pelo Tribunal de Contas da União como um dos melhores

sistema em transparência e efetividade. Ela fez um convite

para quem quisesse participar da comissão gestora da lei com

assuntos relevantes, como as conveniadas. Por fim relatou que

há um convênio sendo estruturado em os municípios de SP e

do Paraná para troca de experiências, tecnologias e intercâmbio

dos sistemas.

Patrícia corroborou sobre a importância de diálogo com

as conveniadas e sobre o incentivo financeiro também aos

agricultores em transição agroecológica que estão no Estado

de SP e não apenas no município, mas que para isso, a lei teria

que ser modificada.

Na sequência, a ATA foi lida pelo presidente do CMDRSS

e aprovada.

Na reunião intermediária que ocorreu entre as reuniões

ordinárias do CMDRSS, André esclareceu que, juntamente com

Raquel, trabalharam em uma tabela cujo objetivo é organizar

as pautas e demandas, acompanhamento de atividades e encaminhamentos do CMDRSS e de certa forma melhorar a organização. Demonstrou a tabela que contém, data, nome e grupo de

quem solicita, qual a demanda justificativa, encaminhamento

proposto (se processo SEI), data do último encaminhamento,

status do encaminhamento, responsáveis pelo encaminhamento, observações, categoria e tema. Solicitou apoio da Cristina

e Luis Henrique. Raquel disse que por meio desta tabela há a

possibilidade de visualização de prioridades e pensar na ideia

de planejamento estratégico e transparência. Assim que a

tabela estiver mais organizada, será compartilhada no grupo do

WhatsApp do CMDRSS. Importante fazê-la estar presente nas

reuniões para que ela seja “alimentada”. Janaina se propôs a

colaborar com a sistematização das demandas e alimentação

da planilha. Raquel disse ainda que pensaram na realização

de um evento online e aberto sobre o Plano Rural. André

relembrou da importância de retomar a revisão do regimento

interno e do decreto regulamentador do CMDRSS. Grupo para

este assunto: Cyra, Luccas, Wanda, Luis Henrique e André. Como

encaminhamento sugeriu-se fazer uma reunião com a comissão

eleitoral e levantar os pontos críticos observados.

Cyra comentou sobre a importância do GT de Compostagem.

Luzia em sua fala comentou sobre a importância de uma

formação sobre os termos técnicos relativos à análise água.

Patrícia respondeu que um dos pilares do projeto de análise

de água seria um Boletim explicativo de forma calara assim

como um relatório e ainda mini vídeos de um minuto para

serem enviados pelo WhatsApp sobre resultados e encaminhamentos deste estudo. Disse ainda que entre abril e junho

poderia se pensar na possibilidade de os agricultores receberem

orientação nas propriedades que apresentaram resultados mais

complexos. Explicou ainda que haverá no GEOSAMPA a localização georreferenciada, as propriedades não serão reveladas,

da situação hídrica da região. Com relação às dúvidas, disse que

ela, Patrícia e Domingos, estariam à disposição.

Plano Rural, Cristina comentou que o Plano está na ATL e

Secretaria de Governo Municipal.

Vera Helena comentou sobre a possibilidade de perguntar a

algum mandato da CMSP ou à Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional sobre a produção do evento online

sobre o plano. Informou que a Escola de Agroecologia e o Plano

Rural estão pautados nas recomendações do Plano de Meta

enviado pelo COMUSAN/SP. Raquel se colocou à disposição em

pensar em como construir este evento, mas restava a dúvida se

ele será iniciativa do CMDRSS ou de outra entidade.

Cyra comenta que envolver a Câmara Municipal sem compreender o que ser quer, poderá retirar o espaço já conquistado.

Luis Henrique mencionou que como estratégia inicial e

principal, as moções de apoio ao plano inclusive corroborando

para o momento em que estamos vivendo com a pandemia

sobe alimentação saudável, geração de emprego “verde”,

empregos locais, desenvolvimento dos territórios nas grandes

cidades. Cyra se colocou à disposição para escrever um rascunho desta moção. Luccas informou que seria interessante incrementar a moção com políticas públicas que conversam como

Plano Rural e assim justificar o lançamento do plano.

A próxima pauta tratou sobre a aglomeração que estaria

ocorrendo e um lote específico no Assentamento Irmã Alberta

informado pela agricultora Maria Alves. Ela levantou também

a ideia de arrecadação de alimentos para doação de cestas

básicas, ou algum tipo de ajuda de alimentação para famílias

carentes da região.

Sobre este último assim, Vera Helena comentou sobre a

atuação do COMUSAN/SP e algumas conselheiras que tiveram

atuação mais intensa por meio da ONG Banco de Alimentos

com distribuição de cestas. Estão retomando o comitê de crise

para prosseguir com as doações.

André mencionou a pesquisa que foi feita com os agricultores em 2020 e indagou se não seria o caso de atualizá-la e

fazer um comparativo e ainda entender como os agricultores

estão se adaptando ao processo da pandemia e entender por

ventura quem estaria com dificuldade de obter alimentos. Sobe

o tópico “aglomeração” no assentamento, indaga sobre qual

seria o papel do CMDRSS nesse assunto, se fazer uma moção

à Secretaria de Segurança Pública, precedido de relatos, fotos

e levantamento de informação. Luis Henrique corrobora com

a fala de André e ainda acrescenta que a Secretaria de Saúde

também poderia ser informada. José Antônio (Toninho), indicou

que seria efetivo entregar um ofício no subcomando da Polícia

Militar no São Francisco(?). Luis Henrique ficou de encaminhar

este assunto com o Toninho.

Toninho continuou sua exposição referente ao Jardim Damasceno: Córregos apresentam entupimentos e onde foram encontrados pets, papelões dentre outros resíduos; informou que

houve uma queda de árvore na região que os próprios moradores fizeram a limpeza devido à demora da defesa civil. Sugere

um estudo de poda ou até remoção pois há muitos eucaliptos.

Lembrou que a conselheira Maria Lúcia havia se colocado à disposição para tratar sobre este assunto. Em janeiro o subprefeito, Sergio Gonelli, visitou o local. Quanto ao lixo o subprefeito

ficou de solicitar à Amlurb a retirada do lixo das residências do

Jardim Damasceno (estão há um ano sem coleta) – a colocação

de três caçambas de lixo acabou não ocorrendo na região.

Informou ainda que está ocorrendo descarte de entulho e terra

nas cercanias da Rua Hugo Ítalo Merrigo. Foi solicitado junto ao

subprefeito que se faça a coleta ao menos das 60 residências

que lá estão. Sobre este tópico, relatou que o subprefeito da

Brasilândia enviou à LOGA um estudo sobre a coleta do lixo no

Jardim Damasceno. Relembrou que a problemática se iniciou

pois ali é um local de separação de lixo reciclável, de pessoas

que se utilizam dos resíduos para gerar rendimento e pelo fato

de ser um local onde criadores de suínos, depois de juntarem o

material proveniente de gerados terceiros, realizam separação

do que seria alimento para sua criação; a AMLURB entende que

essa quantidade de resíduos tem a classificação de “grande

gerador” alegando que a responsabilidade desta coleta seria de

seus respectivos geradores particulares. Continuando sua fala,

explanou que foi conseguido junto à Amlurb 18m3 cúbicos de

composto do Pátio de São Mateus, mas há um problema de logística para a sua retirada e entrega. Tatiane comentou que iria

verificar junto aos agricultores da zona leste pois eles estavam

na expectativa deste material para continuidade das atividades

de cultivo de hortaliças. Luis Henrique comentou que o DGD

Norte poderia abrir um processo ambiental para tentar reverter

esta problemática que se perpetua há mais de um ano.

Vanda lembrou sobre o grupo da Zona Norte de WhatsApp

que foi criado e que as demandas poderiam ser discutidas por

meio dele. Patrícia Sepe confirmou que o Projeto Ligue os Pontos foi transferido para a SMDET, mas ainda não foi informado

quem será o coordenador e que o projeto seria finalizado emmarço, mas foi postergado para 30 de junho. Indagou se não

seria interessante o envio de uma carta à Bloomberg acerca da

suspensão do projeto. Por fim relatou que existem possibilidades de novos financiamentos.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.

**Data: 29/04/21**

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Google Meet**

Participantes:

Alessandro Mendonça Mazzoni (SVMA);Araci Kamiyama

(CDRS); Audrei Costa (SVMA); Cristina Abi Jabbour (SMDET

e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra Malta (Agricultura/

SMSUB); Débora Sahyun (EDR.SP/CDRS; José Antônio Teixeira

(Agricultura/ SMSUB); Luccas Longo (SVMA); Luis Henrique

Marinho Meira (SMDET e Presidente do CMDRSS); Luzia Silva

(Agricultora Z. Sul); Patricia Sepe (LoP/SMUL); Paulo Cesar

Saraiva (SAA/CDRS – EDR SP; Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPAVanda

Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste);

Registro:

Em 29 de abril de 2021 foi realizada a 16ª reunião ordinária da 2ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento

Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, Biênio 2020/2021 por

meio de plataforma digital. Iniciada a reunião, o presidente deste CMDRSS, Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes e

expõe a pauta com os seguintes itens: Iniciativa Sementeira, da

UMAPAZ/SVMA. PMADRSS (Plano Rural) e Informes.

Seguindo os trabalhos, Patricia Sepe iniciou a reunião

falando sobre o trabalho que tem sido realizado sobe análise

de água de algumas propriedades rurais na zona sul e sobre a

câmara técnica que foi designada para tentar trazer possíveis

soluções em resposta aos resultados desta análise. Luccas

complementou falando sobre a importância e existência de

câmaras técnicas nos conselhos gestores das APAs Bororé-

-Colônia e Capivari-Monos e algumas que tratam das questões

sanitárias em específico, como a Câmara Técnica de Saneamento e Infraestrutura Ambiental . Ambos comentaram sobre

a importância da presença do CMDRSS nessa discussão, cuja

1ª reunião ocorrerá no dia 04 de maio às 9h, de forma online e

o link da reunião será enviado no grupo de whatsapp. Patricia

reforçou a expectativa de conseguir um canal de comunicação

com a Sabesp e que essa tratativa e solução, se exitosa, poderá

servir de exemplo para outras regiões da cidade e ainda informou que o Projeto Ligue os Pontos de fato irá ser transferido

para a SMDET. Luzia também comentou sobre a análise da

água, perguntando quando os laudos estariam prontos. Patricia

disse que já estavam, porem Domingos, contrato pelo LoP para

esse trabalho, está solicitando as algumas correções e ajustes

e o mesmo será enviado via whatsapp ou pessoalmente para

os proprietários das unidades produtivas e posteriormente

será dada uma explanação sobre a análise e possível correção

e solução. Audrei pretende trazer mais informações sobre os

banheiros secos nas hortas e espaços verdes. Luzia comentou

sobre a importância de soluções sanitárias para a região onde

ela está, no Gramado (Parelheiros), por exemplo, usando como

exemplos as fossas secas, banheiros secos e outros.

Na sequência, a ATA foi lida pelo presidente do CMDRSS

e aprovada.

Alessandro, que é servidor da Coordenação de Educação

Ambiental da SVMA, iniciou sua explanação sobre a Iniciativa

Sementeira. A motivação foi a diversidade da cidade, atuações

socioambientais paralelas em diferentes regiões e ausência de

um banco de informações. O Projeto iniciou com o levantamento de informações sobre quais iniciativas socioambientais

existem no município, em seguida sistematização destas iniciativas e quem as realizam com o objetivo de interligar essas

organizações quais sejam coletivos ou indivíduos e finalmente

fortalecer essa rede. Foi enviado um convite para a base de dados da UMAPAZ, perguntando sobre eventuais conhecimentos

sobre ações existentes no território ou entorno.

Perspectivas de ações desta Iniciativa: formação de uma

rede socioambiental, utilização de viveiros como espaços pedagógicos, além de formar uma rede, fomentá-la e instrumentalizá-la. Luccas parabenizou o projeto e comentou sobre sua

importância na integração com os territórios.

Raquel perguntou se o levantamento e as iniciativas serão

algo contínuo. Alessandro respondeu que sim. Por fim Alessandro passou o link do questionário para o grupo: https://docs.

google.com/forms/d/e/1FAIpQLScFxZtVPEi-e9QkApCGh3wySmSOSS\_IhPS1jaVD44uyiy1A/viewform

Plano Rural: Cristina comentou que o Plano está na ATL e

Secretaria de Governo Municipal.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.

**Data: 27/05/21**

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Google Meet**

Participantes:

Cristina Abi Jabbour (SMDET e Secretária Executiva

CMDRSS); Cyra Malta (Agricultura/ SMSUB); Denise Hernandez

(SMDET), Débora Sahyun (EDR.SP/CDRS; José Antônio Teixeira

(Agricultura/ SMSUB); Mauricio Marinho (SVMA); Luis Henrique

Marinho Meira (SMDET e Presidente do CMDRSS); Luzia Silva

(Agricultora Z. Sul); Maria Clara Zuppado (SMSUB/DA); Patricia

Estevam (SDRS/SAA); Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA); Vanda Costa

(Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste);

Registro:

Em 27 de maio de 2021 foi realizada a 17ª reunião ordinária da 2ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento

Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, Biênio 2020/2021 por

meio de plataforma digital. Iniciada a reunião, o presidente deste CMDRSS, Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes

e expõe a pauta com os seguintes itens: Breve fala de apresentação da nova Coordenadora da Cosan - Denise Hernadez;

PMADRSS (Plano Rural) e Informes.

Seguindo os trabalhos, Denise se apresentou como a nova

Coordenadora da COSAN – Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional e falou brevemente sobre o entusiasmo

e o desafio dessa temática na cidade de São Paulo. Na sequência houve uma breve apresentação dos membros presentes

do CMDRSS para que ela tivesse um rápido olhar sobre os

integrantes.

Na sequência, a ATA foi lida pelo presidente do CMDRSS

e aprovada.

Cristina comentou que o processo SEI do Plano Rural está

na Secretaria de Governo Municipal e como o novo prefeito

acaba de assumir de forma definitiva, ele está se atualizando

sobre as pautas e planos.

Passado para os Informes, Mauricio falou sobre a reunião

do GT das Águas, este que foi proposto para ocorrer dentro

da Câmara Técnica de Saneameto e Infraestrutura Ambiental

dos conselhos das APAs Capiavari-Monos e Bororá-Colônia

(Parelheiros) para acompanhamento do estudo das águas de

algumas unidades produtivas da região de Parelheiros; este

estudo está sendo feito juntamento com a SABEP no âmbito do

Projeto Ligue os Pontos. Foram constatados alguns problemas

com relaçao à empresa contratada, esses que já estão sendo

tratados. Há expectativa de tratar os dados levantadas de

forma educativa e informativa para apresentá-los aos agricultores; foi informado que a Secretária da Saúde por meio do

PAVS (Programa Ambientes Verdes e Saudáveis) também está

participando.

Patricia Estavam, comentou sobre como seria oportuno

incentivar os agricultores a participarem de compras públicas

por meio de informativos sobre abertura de eventuais Editais

e no auxílio de compreesão dos mesmos e seu preenchimento.

José Antônio (Toninho) discorreu sobre o Jardim Damasceno. Estiveram no dia 26 de maio na região com o Subprefeito,

a Amlurb e a LOGA juntamente com o representante do JardimDamasceno (Agricultor Magno). Foi levantando que havia um

processo na Amlurb sobre a problemática dos resíduos e foi

dado o prazo de 15 dias para a Amlurb apresentar um projeto

para retirada dos mesmos naquela região.

Vanda relatou dificuldades para acessar a horta do CCSP

com mudança de regras de entrada com dias da semana e

horários específicos e reduzidos e recebeu a informação de que

a horta poderia ser desativada devido a problemas estruturais

com relação a rachaduras e infiltração.

Foi decido o envio de um ofício para a Secretaria de Cultura

com o intuito de enaltecer o fato da Horta Comunitária do

Centro Cultural São Paulo (Horta CCSP) de de fazer parte do

Programa Sampa+Rural e pelo fato de ter recebido o selo “Nós

fazemos a Sampa+Rural”, com o objetivo de chamar atenção

das autoridades para esse espaço de agricultra na cidade.

Mauricio comentou sobre a possbilidade de algum servidor

da SMVA apresentar o Plano de Arborização Urbana em uma

futura reunião do CMDRSS.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.

**Data: 24/06/21**

**Horário: 10:00 horas**

**Plataforma: Google Meet**

Participantes:

André Ruoppolo Biazoti (Instituto Kairós); Cristina Abi

Jabbour (SMDET e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra Malta

(Agricultura/ SMSUB); Débora Sahyun (EDR.SP/CDRS); Raquel

Rizzi (SFA-SP/MAPA); Vanda Costa (Movimento de Agricultora

Urbana Z. Oeste); Patricia Sepe (LoP/SMUL); Maria Lucia Bellenzani (RAPPA); Lucilla Dias (SGM); Daniela Silveira Anjos (SMDET), Paulo Cesar Saraiva (SAA/CDRS – EDR SP); José Antônio

Teixeira (Agricultura/ SMSUB); Magno C. F. de Paula (Agroverde,

Agricultor zona norte); Janina Belo (LoP/SMDU); Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste);

Registro:

Em 26 de junho de 2021 foi realizada a 18ª reunião ordinária da 2ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento

Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, Biênio 2020/2021 por

meio de plataforma digital. Iniciada a reunião, Cristina cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes

itens: Horta das Flores; Silvicultura na Zona Rural; PMADRSS

(Plano Rural) e Informes.

No início da reunião, de modo praticamente unânime, os

presentes comentaram sobre a essencial e rica contribuição dos

servidores Luis Henrique Marinho Meira e Maria Clara Zuppardo para a temática da Agricultura na cidade de São Paulo, em

todos os anos em que serviram a Prefeitura de São Paulo em

projetos como o POT Hortas e Viveiros, Escola de Agroecologia,

Projeto Ligue os Pontos, Patrulha Agrícola, Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de SP, o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e

Solidário e este Conselho, CMDRSS.

Seguindo os trabalhos, Daniela se apresentou como nova

integrante da equipe da Cosan e brevemente falou sobre o

Projeto Ligue os Pontos e sobre as perspectivas do projeto

na SMDET. Os membros presentes do CMDRSS também se

apresentaram.

Janaina falou sobre o possível término do Projeto no dia

30/06 e do possível aporte financeiro por parte da Bloomberg

e ainda que no dia 21 de julho haverá uma reunião entre a

Bloomberg e a SMDET. Daniela comentou sobre um possível

acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do

Estado de São Paulo, com relação à assistência técnica na

zona sul da cidade, para continuidade de atendimento aos

agricultores.

Andre comentou sobre o envio de um ofício para a SMDET

perguntando sobre o a presidência do conselho, que foi uma

dúvida de muitos conselheiros.

Magno questionou como ficaria o apoio à agricultura

na zona norte com a saída dos servidores, dentre ele, o José

Antônio (Toninho).

Houve inversão da pauta e foi dado o informe sobre o

PMADRSS. Foram feitos três e-mails para os três novos secretários que serão enviados pelo Gabinete da SMDET para informar

sobre o Plano, uma vez que eles não estavam no processo em

anos anteriores quando do desenvolvimento do mesmo.

Andre iniciou a fala sobre a Horta das Flores, sobre o

processo que foi recebido pela SMDET para que se faça um

parecer sobre a possível saída da horta do local em que está

hoje para se construir um projeto de habitação de interesse

social. Comentou que, sob seu ponto de vista, a primeira coisa

a fazer seria indagar a Secretaria de Habitação se de fato a

horta será deslocada. Em caso positivo entende a necessidade

de se estabelecer um diálogo com a Subprefeitura da Mooca

para buscar novos locais, e numa perspectiva maior, falar

sobre o Programa de Agricultura Urbana da cidade de SP, o

PROAURP, criado pela LEI 13.727/04 e regulamentado pelo Decreto 45.665/04 interrogando sobre a estruturação da política

pública de horta urbana na cidade; também essa preocupação

e assunto estão em consonância com o Plano de Metas que

tem como um dos seus objetivos a instalação de novas hortas

na cidade. Lembrou que a Horta das Flores está no local desde

2004 e que o serviço ambiental de recomposição orgânica do

solo está sendo feito desde então e que, caso de fato tenha que

se descolocar a horta, será essencial que o novo local esteja

nas mesmas condições de solo favoráveis para o plantio dentre

outros aspectos. Patrícia Sepe complementou a fala do Andre e

questionou se não seria o caso da cidade de SP pensar em um

processo de regulamentação quanto à instalação e uso de áreas

públicas para hortas urbanas comunitárias para que essas áreas

não fiquem vulneráveis e desprotegidas legalmente e institucionalmente. Daniela comentou que a COSAN fará o parecer sobre

a Horta das Flores para enviar para o GAB/SMDET que então

encaminhará a resposta.

Maria Lúcia discorreu sobre a pauta da Silvicultura e sobre

o PL que trata sobre a atualização da Lei 10.365/87 que rege o

corte e poda de árvore na cidade de SP, ou seja, sobre o manejo

da vegetação arbórea; disse que ele não prevê esse manejo nos

casos de silvicultura e sistemas agroflorestais, e que em Parelheiros, por exemplo, não se consegue cortar Pinus e Eucalipto

mesmo sendo essa uma cadeia produtiva. A única menção que

o projeto de LEI que está na CMSP, em tramitação, e de forma

genérica faz sobre agricultura, é de que as atividades agrícolas

serão objeto de uma regulamentação posterior. Todas as falas

tanto de Maria Lúcia, Cyra e Patrícia foram feitas no sentido de

indicar a importância do tema e do desenvolvimento de um diálogo com a CMSP, (pensar em falar com o relator por exemplo),

para explanar a importância desta cadeia produtiva e de como

ela deve ser tratada de forma singular e individual, para que ela

não seja confundida com poda de árvore, por exemplo.

A ATA do mês de maio será aprovada de forma online.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.

**LICITAÇÕES PAG. 54**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE**

**6064.2021/0001115-7/**

1. No exercício da competência que me foi atribuída pela Portaria nº 38/2013/SDTE, à vista dos elementos contidos no presente, nos termos do artigo 25, inciso I da Lei Federal 8.666/93 e alterações c/c Lei Municipal 13.278/02 regulamentada pelo Decreto 44.279/03 e suas alterações, (AUTORIZO, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, a contratação por inexigibilidade da EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A, inscrita no CNPJ: 60.579.703/0001-48, visando a aquisição de 01 (uma) assinatura do Jornal Folha de São Paulo na versão impressa + digital pelo período de 12 (doze) meses, no valor de R$ 1.401,90 (um mil quatrocentos e um reais e noventa

centavos), para utilização da SMDET, conforme especificações técnicas contidas no termo de referência encartado sob doc.

SEI 050270038.

2. Em consequência, AUTORIZO a emissão de Nota de Empenho em favor da EMPRESA FOLHA DA AMANHÃ S/A, inscrita no CNPJ: 60.579.703/0001-48, no valor total de R$ 1.401,90 (um mil quatrocentos e um reais e noventa centavos), onerando a dotação orçamentária 30.10.11.122.3024.2100.33903900.00, para cobertura da despesa.

3. O controle de execução será exercido pela servidora

Solange Pereira Borges RF 798.955.5, na qualidade de fiscal, e pela servidora Giovanna Longo – RF 736.285.4, como suplente

(doc. SEI 049656413).

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**EXTRATO TERMO DE ENCERRAMENTO Nº 17/ FPETC/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 8110.2016/0000088-6

TERMO DE CONTRATO: 01/FUNDAÇÃOPAULISTANA/2017

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO

TECNOLOGIA E CULTURA.

CONTRATADA: PLDEVICE TECNOLOGIA

OBJETO: Instalação de equipamento eletrônico portátil para recargas on-line e consultas do Bilhete Único na Escola Técnica de Saúde Pública Prof. Makiguti

A referida contratação vigorou pelo período de 20/03/2017 a 19/03/2021.

A prestação dos serviços foram realizados satisfatoriamente não havendo nada que desabone a empresa e que todos os serviços foram prestados a contento, ficando assim encerrado o ajuste.

DATA DA ASSINATURA: 26/07/2021.

**CÂMARA MUNICIPAL PAG. 89**

**Presidente: Milton Leite**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

CÂMARA MUNICIPAL

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**

**SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E**

**REVISÃO - SGP-4**

**PROJETOS LIDOS - texto original**

**59ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**18/08/2021**

**PROJETO DE LEI 01-00501/2021 da Vereadora Sandra**

**Santana (PSDB)**

“Reconhece como patrimônio cultural imaterial da Cidade de São Paulo os laços culturais entre o Município de São Paulo e

o Município de Parintins, no Estado do Amazonas.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Os laços de amizade e o relacionamento fraterno entre a Cidade de São Paulo e a Cidade de Parintins, no Estado do Amazonas, ficam reconhecidos como integrantes do patrimônio cultural imaterial da Cidade de São Paulo.

Art. 2º A declaração de que trata esta Lei servirá como base para aprofundamento dos laços culturais, bem como para promover e ampliar reciprocamente o intercâmbio de conhecimentos técnicos, culturais, sociais, turísticos e econômicos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, às Comissões competentes."

“JUSTIFICATIVA

Parintins é um município brasileiro no interior do estado do

amazonas, e a segunda cidade mais populosa do estado. O município é conhecido mundialmente por sediar o festival folclórico de Parintins, considerado patrimônio cultural do Brasil pelo

instituto do patrimônio histórico e artístico nacional (iphan).

As apresentações, que começam na última sexta-feira do

mês de junho indo até domingo, simbolizam uma disputa a

céu aberto entre duas agremiações folclóricas Boi Garantido

(vermelho) e Boi Caprichoso (azul), que acontece no Centro

Cultural de Parintins, mais conhecido como Bumbódromo, com

capacidade para 35 mil espectadores.

São milhares de turistas do Brasil e do mundo que acompanham as toadas dos bois, Garantido e Caprichoso. Na época do

festival, a população de Parintins, de 115 mil habitantes, chega

a quase dobrar, com o turismo local.

O festival de Parintins trouxe grandes influências para o

Carnaval Paulista, que passou a consumir mão de obra parintinense, tanto na elaboração de carros alegóricos quanto nos

figurinos. A presença dos artistas parintinenses já virou tradição

nos carnavais de São Paulo. O primeiro título da Águia de Ouro

tem a marca da criatividade tupinambarana na construção

de carros alegóricos, onde mais de 50% dos profissionais são

formados na Escola de Artes do Boi Caprichoso “Irmão Miguel

de Pascalle”.

A prática de contratar artistas vindos de Parintins para

trabalhar na confecção das alegorias e fantasias das escolas de

samba não é novidade e faz parte da rotina dos parintinenses

desde os anos 1990. Até julho eles se dedicam ao Festival Folclórico de Parintins para, então, viajarem para o Sudeste para

integrar as equipes das escolas de samba.

Diante da forte relação existente entre as cidades de Parintins e São Paulo que só se fortaleceu ao longo dos anos,

principalmente no compartilhamento de tecnologias, o presente projeto de lei visa fomentar o mais amplo conhecimento

recíproco para estimular os intercâmbios sociais, culturais,

turísticos, econômicos e tecnológicos, bem como a troca de experiências relativas à organização municipal e à gestão urbana.

Por todos os motivos acima elencados é que conto com a

aprovação do presente projeto de lei por meus pares.”

**PROJETO DE LEI 01-00507/2021 da Vereadora Sandra**

**Santana (PSDB)**

"“Cria o Roteiro Cultural e Gastronômico Circense na Cidade de São Paulo e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º. Fica criado, no âmbito do Município de São Paulo, o

Roteiro Cultural e Gastronômico Circense.

Parágrafo primeiro: Para efeitos do disposto nesta lei, o

Roteiro Cultural e Gastronômico, será realizado nos espaços

públicos e privados, preferencialmente, em cada região da

cidade, e será regulamentado por decreto, onde serão definidos

os locais que comportem a realização do espetáculo circense.

Parágrafo segundo: Poderão ser credenciados outros estabelecimentos que sejam compatíveis com o perfil necessário

para o implemento da atividade circense desde que obedeçam

às legislações específicas, relativas ao uso e ocupação do solo.

Art. 2º. O Roteiro Cultural e Gastronômico Circense tem

por objetivos:

I - Promover o desenvolvimento econômico na referida área

cultural visando garantir maior visibilidade e empregabilidade

dos profissionais circenses, fomentando a economia local;

II - Garantir investimento do setor público e privado para

a categoria

III - Retomar as atividades culturais, com as devidas seguranças sanitárias, resgatando o entretenimento às comunidades

locais;

IV - Promover a cultura e a gastronomia circense nessas

localidades; V - Realizar campanhas publicitárias, objetivando a criação

e divulgação do roteiro cultural e Gastronômico Circense em

diversas localidades da cidade.

VI - Fomentar os pequenos e médios empresários do setor

gastronômico na comercialização de comidas típicas circenses.

Parágrafo primeiro: Para a consecução dos objetivos previstos nesse artigo, será promovido anualmente no mês de março,

o roteiro cultural e gastronômico circense nos espaços públicos

e privados estabelecidos em decreto.

Art. 3º As parcerias, convênios e instrumentos de cooperação poderão ser firmados entre o Poder Executivo assim como

com órgãos estaduais, federais, da Administração Direta e

Indireta, entidades privadas, organizações não governamentais,

tendo como objetivo à promoção do desenvolvimento da atividade e de seu potencial cultural e gastronômico.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por

conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se

necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Às Comissões competentes.”

“JUSTIFICATIVA

Um circo é comumente uma companhia que atua de forma

coletiva, com a reunião de artistas de diferentes especialidades,

como malabarista, palhaço, acrobata, contorcionista, equilibrista, ilusionista, entre outros profissionais. Os eventos são

comumente realizados de forma presencial, com interação dos

artistas e do público e entre os próprios atuantes do circo.

As atividades realizadas remotamente, não possuem afeto

e falta a interação com o público, perdendo a real essência dos

circos, que acabaram fechando suas portas.

Um fato importante e necessário de ser colocado é que

muitas pessoas não possuem acesso a aparelhos eletrônicos e

consequentemente não acessam as apresentações online.

A cultura foi um dos setores mais impactados com a Pandemia - COVID 19. A necessidade de isolamento social restringiu

a realização de espetáculos e eventos abertos ao público, sendo

que muitos dos profissionais desse setor sofrem com a enorme

crise financeira que assola grande parte do setor artístico. O

universo circense envolve mais de 30 mil pessoas que vivem

exclusivamente da arte. Fatos trazem que, 600 circos fecharam

suas portas e mais de 30 mil profissionais que fazem parte das

atividades circenses estão desamparados e sem esperanças de

retomada dos eventos públicos.

Com a crise financeira, os profissionais estão recebendo doações da população local e auxílio emergencial. A retomada e o fomento desses eventos circenses, com as devidas cautelas

sanitárias, são necessários não somente para proporcionar a

retomada do emprego dessas pessoas bem como dos eventos

culturais na cidade de São Paulo.”

PROJETO DE LEI 01-00508/2021 da Vereadora Sandra

Santana (PSDB)

“INSTITUI AUXÍLIO FINANCEIRO A ATLETAS E EQUIPES

QUE REPRESENTEM O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS OFICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Executivo a instituir o Auxílio Financeiro

a atletas e equipes amadores que representem o Município

de São Paulo em competições esportivas oficiais no território

nacional ou no exterior, para custeio de despesas com transporte, hospedagem, alimentação e/ou pagamento de taxas de

inscrições relacionadas às referidas competições.

§ 1º As instituições, empresas e entidades poderão firmar

termos de colaboração com o Poder Público, a fim de financiar

nos termos do caput do artigo, os atletas e equipes com a chancela do Município, que fiscalizará a prestação de contas.

§ 2º As despesas que digam respeito à consecução da

finalidade desportiva de que trata o presente projeto de lei tais

como alimentação, hospedagem, alojamento, transporte, dentre

outros, poderão ser contratadas diretamente pelo Município de

São Paulo.

§ 2º Não poderão ser beneficiários do auxílio previsto nesta

lei atletas ou equipes amadoras e profissionais, que obtenham

remuneração, em contrato formal de trabalho entre o atleta e a

entidade de prática desportiva, acima da limitação estabelecida

pelo decreto.

§ 3º Serão consideradas oficiais as competições organizadas, realizadas ou autorizadas pela entidade local, regional,

nacional ou internacional que administre a respectiva modalidade esportiva.

Art. 2º O executivo regulamentará os documentos necessários para habilitação do recebimento do Auxílio de que trata

esta lei, bem como as formas de protocolo de requerimento

dos atletas e/ou equipes à Secretaria Municipal de Educação

e Esportes.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de doações particulares, dotação orçamentária

própria bem como do Fundo Municipal de Esportes consignada

à Secretaria Municipal de Educação e Esportes e sua realização

dependerá da existência de efetiva disponibilidade financeira.

Art. 4º O beneficiário deverá prestar contas das despesas

após o término da competição esportiva, conforme regulamentação a ser realizada pelo poder Executivo.

Art. 5º Competirá à Secretaria Municipal de Educação e

Esportes, com apoio e supervisão do órgão de Controle Interno

do Município, promover a fiscalização, controle e repasse do auxílio financeiro previsto neste projeto de lei, mediante emissão

de relatório contendo as informações necessárias para efeito de

prestação de contas e cadastro dos beneficiários.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no

prazo de 60 (sessenta) dias.

Às Comissões competentes.”

“JUSTIFICATIVA

Os Jogos Olímpicos revelou a melhor campanha brasileira

na história das Olimpíadas, simbolizada pelo 12º lugar no

quadro geral de medalhas. O resultado inédito dessa conquista

é fruto, sobretudo de muita superação dos atletas, que treinam

em condições totalmente adversas e sem patrocínio seja ele

público ou privado.

Assim, não raras às vezes, os atletas custeiam os gastos

com transportes, alimentação, hospedagem e taxas de inscrições, sem qualquer auxílio do Poder Público, tornando tais

competições restritas àqueles atletas e equipes que possuam

melhores condições financeiras.

Destarte, conforme é cediço, o esporte constitui eixo central

do desenvolvimento pessoal e social do cidadão e estabelece

uma importante ferramenta de auxílio no desenvolvimento educacional, social e de saúde do ser humano. Dessa forma, para

alcançar tais diretrizes e possibilitar a universalização desse

direito, necessário que o poder público crie políticas públicas

que garantam que os atletas com parcos recursos financeiros

também possam competir em igualdade de condições.

A criação do presente projeto de lei visa a atender a necessidade de uma normativa municipal tendente a instituir auxílio

financeiro a atletas e equipes que representem o município

de São Paulo em competições esportivas oficiais, garantindo

que os recursos privados, as dotações orçamentárias próprias

bem como àquelas destinadas ao fundo municipal do esporte

possam ser igualmente utilizadas como forma de subsidiar os

gastos com transporte, hospedagem, alimentação e/ou pagamento de taxas de inscrições.

Ante as razões expostas, requer seja submetida a presente

proposta legislativa à apreciação pelos nobres pares.”

PROJETO DE LEI 01-00509/2021 da Vereadora Sandra

Santana (PSDB)

“Altera a Lei nº 13.790 de 13 de fevereiro de 2004, com o

objetivo de permitir que o Fundo Municipal de Esportes, Lazer e

Recreação subsidie o custeio de despesas com transporte, hospedagem, alimentação e/ou pagamento de taxas de inscrições

de atletas e/ou treinadores relacionadas às referidas competições esportivas oficiais.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º O artigo 4º “caput” da Lei nº 13.790 de 13 de fevereiro de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 4º Os recursos do Fundo Municipal de Esportes,

Lazer e Recreação serão aplicados em projetos que visem

fomentar e estimular atividades esportivas e recreativas no

Município de São Paulo e subsidiar atletas e/ou treinadores em

competições esportivas oficiais.

Art. 2º O novo artigo 4º da Lei 13.790 de 13 de fevereiro de

2004 passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§1º [...]

§2º [...]

§3º O recurso poderá subsidiar as despesas com transporte, hospedagem, alimentação e/ou pagamento de taxas de

inscrições de atletas e/ou treinadores relacionados as referidas

competições esportivas oficiais.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente

Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias,

suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Às Comissões competentes.”

“JUSTIFICATIVA

Em Tóquio, os atletas brasileiros apresentaram o melhor

desempenho do país em Olimpíadas, com 21 medalhas conquistadas. O feito inédito foi reverenciado por todo o Brasil,

que exaltaram os atletas pela superação e, principalmente, pelo

desafio diante da falta de fomento ao esporte nacional.

Assim, verificamos também a dificuldade dos atletas e/ou

treinadores na busca de patrocínio ou de incentivo financeiros

que garantam a possibilidade de custear os gastos advindos de

competições esportivas oficiais, tais quais transporte, hospedagem, alimentação, taxas de inscrição, dentre outros.

Para que possamos assegurar que no próximo ciclo olímpico e/ou competições oficiais, os atletas, tenham a possibilidade de garantir sua participação na competição subsidiando seus gastos com transporte, hospedagem, alimentação e/ou pagamento de taxas de inscrições, propomos a alteração do artigo 4º da Lei 13790 de 13 de fevereiro de 2004 visando ampliar a esfera de abrangência do Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, possibilitando assim custear estes gastos advindos da participação nos eventos esportivos oficiais.

Busca-se assim garantir e alcançar importantes avanços, assegurando não somente aos atletas, mas a treinadores e

equipes que representem o município de São Paulo tenham

suas despesas custeadas pelo Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação garantindo sua permanência nas competições

esportivas oficiais sejam no âmbito nacional e/ou internacional.

Tudo isso movido sempre pelo norte da garantia assegurada no artigo 217 da Carta Magna, que estabelece ser dever do poder público fomentar práticas desportivas.

Por todos os motivos acima elencados é que conto com a aprovação do presente projeto de lei por meus pares.”